



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharias

**Enoturismo como motor de valorização do
património natural
Proposta para um equipamento hoteleiro na região do
Douro**

Hélio Real Cardoso

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Jorge Humberto Canastra Marum

Covilhã, Junho de 2015

Dedicatória

Ao avô António e ao avô Joaquim.

Agradecimentos

Para a realização desta dissertação, foi essencial o apoio de várias pessoas que me acompanharam ao longo destes meses.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais por todo o apoio incondicional ao longo destes 5 anos, não esquecendo a minha irmã que sempre me ajudou e esteve presente em todos os momentos.

À família mais próxima, que sempre se encontrou disponível para qualquer tipo de ajuda.

À Ana, pela dedicação, paciência e auxílio, bem como o imprescindível companheirismo e aos seus pais pela ajuda e amizade.

Aos meus amigos e colegas pela troca de conhecimento e experiências, em especial à Carolina pela ajuda e carinho e ao Patrick pela amizade de largos anos e constante cooperação.

Ao Álvaro, pela compreensão, ensinamento e oportunidade.

Por último, mas não menos importante ao Professor Doutor Jorge Humberto Canastra Marum, pela orientação e disponibilidade demonstrada, assim como a partilha de conhecimento ao longo deste percurso.

Resumo

O principal objectivo desta dissertação é investigar sobre o tema do ‘enoturismo’ e sobre a possibilidade deste constituir um motor de valorização do património natural. Nesse sentido, dirigimos a nossa investigação para a Região Demarcada do Douro, classificada pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade. Uma região que representa um grande desafio para qualquer intervenção arquitectónica, não apenas por se tratar de uma região com uma topografia sinuosa e uma paisagem marcante, mas também pelo seu enorme valor natural e cultural.

Assim, fazemos um levantamento geral de aspectos que nos pareceram relevantes, tais como: o turismo, à escala Mundial e à escala da Região Demarcada do Douro; A evolução histórica da região; A história do vinho e uma breve análise à arquitectura rural duriense.

Como consolidação do trabalho desenvolvido, propomos uma solução de um objecto arquitectónico que constitui uma unidade hoteleira a ser integrada numa das quintas mais antigas da região do Douro, contando com um longo passado ligado à produção vinícola.

Desta forma, propomos um diálogo entre história, arquitectura e paisagem, sendo estes os três principais pilares desta dissertação.

Palavras-chave

Enoturismo; Douro; Património natural; Arquitectura rural duriense; Unidade hoteleira

Abstract

The main objective of this dissertation is to explore the field of “wine tourism” and the way it contributes to promote natural heritage. To achieve this, the chosen location was the Douro Region, a UNESCO Heritage Site. This region represents a major challenge for any architectonic intervention that are intended to be conducted, as it is a region with a twisty topography, coupled with an extremely remarkable landscape.

In that sense, we aim to make a general survey of the aspects that are deemed relevant, such as: tourism, from its worldwide scale to a focus on the Douro region; a revision of the historical evolution of the region, as well as the history of the wine itself and a brief analysis of the rural Douro architecture.

In order to complete the present work, we propose a solution of an architectonic object that will eventually be a hotel unit to be integrated in one of the oldest estates of the Douro region, which has a rich history associated with the wine production.

Thus, we propose to form a dialogue between history, architecture, and landscape, these being the three main pillars of this dissertation.

Keywords

Wine Tourism; Douro; Heritage Site; Douro Rural Architecture; Hotel unit

Índice

1. Introdução	1
1.1. Ponto prévio	1
1.2. O problema	1
1.3. A hipótese	2
1.4. Os objectivos	2
1.5. Metodologia	2
1.6. Normalização	3
2. Definições e Interpretação	
2.1. Definições	5
2.2. Interpretação das definições e conceitos	8
3. O Turismo	9
3.1. Resenha Histórica do Turismo	13
3.1.1. Os primórdios do turismo enquanto fenómeno	13
3.1.2. A mundialização do turismo	15
3.1.3. A afirmação e consolidação do turismo	16
3.2. Portugal e o Turismo (Desde 1900)	17
3.3. Turismo na Região Demarcada	22
3.3.1. Alojamento	22
3.3.2. Ofertas turísticas	24
3.3.3. Enoturismo	26
3.3.4. Análise SWOT	27
4. O Douro Vinhateiro	29
4.1. A História	29
4.1.1. Pré-Demarcação Pombalina	29
4.1.2. Instituição da Companhia e primeiras demarcações	31
4.2. Caracterização da Região Demarcada do Douro	36
4.2.1. Síntese geográfica	36
4.3. A arquitectura rural duriense	38
4.3.1. A quinta	39
4.3.2. Arquitectura de habitação	39
4.3.3. Arquitectura de produção	40
4.3.4. Arquitectura paisagística	42
5. Casos de Estudo	47

5.1. Quinta do Vallado	47
5.2. Quinta do Portal	54
5.3. Adega Mayor	57
5.4. Quinta de Lemos	60
6. A Proposta	63
6.1. Localização	63
6.2. Legislação Aplicada	64
6.3. Ideia/Conceito	64
6.4. Programa	68
6.5. Aspectos gerais da construção	73
7. Considerações Finais	79
Bibliografia	81
Lista de Anexos	87

Lista de Figuras

- Figura 4.1. Região Demarcada do Douro no território nacional.
Fonte: <http://www.infovini.com/pagina.php?codNode=18012>, [Consultado a 25 de Junho]. Edição: Hélio Cardoso. 37
- Figura 4.2. Região Demarcada do Douro e as suas sub-regiões.
Fonte: <http://www.vinetowinecircle.com/en/regions/duriense/>. [Consultado a 25 de Junho de 2014] 37
- Figura 4.3. Pisa realizada nos lagares da Quinta dos Malvedos.
Fonte: http://malvedos.files.wordpress.com/2009/09/malvedos_winery_traditional.jpg. [Consultado a 27 de Junho de 2014] 41
- Figura 4.4. Lagares da Quinta de Vila Maior.
Fonte: <http://www.quintavilamaior.com/quinta.php>. [Consultado a 27 de Junho de 2014] 41
- Figura 4.5. Adega da Quinta do Vale Meão.
Fonte: <http://www.quintadovalemeao.pt/filosofia.php>. [Consultado a 27 de Junho de 2014] 42
- Figura 4.6. Vinha em calços pré-filoxera na Quinta do Caêdo.
Fonte: <http://www.sograpevinhos.com/blog/2013/03/26/vinhas-velhas-com-tecnicas-cestrais/>. [Consultado a 28 de Junho de 2014] 43
- Figura 4.7. Vinha em terraços pós-filoxera na Quinta do Noval.
Fonte: <http://www.wineanorak.com/douro/quintadonoval.htm>. [Consultado a 28 de Junho de 2014] 44
- Patamares Figura 4.8. Vinha em patamares na Quinta do Vau.
Fonte: <http://www.sograpevinhos.com/regioes/Douro/locais/Quinta%20do%20Vau> [Consultado a 28 de Junho de 2014] 44
- Figura 4.9. Vinha ao alto na Quinta de Terra Feita.
Fonte: <http://www.taylor.pt/pt/vinhas-adeegas/quinta-de-terra-feita/>. [Consultado a 29 de Junho de 2014] 45
- Figura 4.10. Os quatro tipos de armação conjugados na mesma paisagem.
Fonte: http://www.podiumfoto.com/photo/62786/socalcos_do_douro. 45

[Consultado a 29 de Junho de 2014]

- Figura 5.1. Vista geral da Quinta do Vallado (À esquerda a Wine House e na direita a Adega).
Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/urdata/580/content/-images-/large/1.jpg>. [Consultado a 3 de Julho de 2014] 48
- Figura 5.2. Esquema explicativo do funcionamento da adega.
Fonte: *Wine and Architecture*. Munique: Detail, 2012, p.47. 48
- Figura 5.3. Planta da cota superior (Desenho sem escala).
Fonte: *Wine and Architecture*. Munique: Detail, 2012, p.45. 49
- Figura 5.4. Planta da cota inferior (Desenho sem escala).
Fonte: *Wine and Architecture*. Munique: Detail, 2012, p.45. 49
- Figura 5.5. Vista geral da zona de produção.
Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/urdata/581/content/-images/large/1.jpg>. [Consultado a 5 de Julho de 2014] 50
- Figura 5.6. Interior do armazém de barricas.
Fonte: Alberto Plácido - http://www.albertoplacido.net/aplacido_eng/images/-arquitectura/menosemais/-vallado/vallado_038.jpg. [Consultado a 5 de Julho de 2014] 51
- Figura 5.7. Exterior do armazém das barricas.
Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/urdata/581/content/-images/large/6.jpg>. [Consultado a 5 de Julho de 2014] 51
- Figura 5.8. Interior da recepção.
Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/urdata/581/content/-images/large/28.jpg>. Consultado a 5 de Julho de 2014] 51
- Figura 5.9. Plantas do *Wine Hotel*.
Fonte: <http://www.arcstreet.com/article-quinta-do-vallado-winery-hotel-guedes-de-campos-architecture-107367783.html>. [Consultado a 5 de Julho de 2014] 52
- Figura 5.10. Vista interior - Biblioteca.
Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/-urdata/580/content/-images/large/35.jpg>. [Consultado a 5 de Julho de 2014] 53
- Figura 5.11. Vista Exterior da unidade hoteleira.
Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/urdata/580/content/-> 53

images/large/88.jpg. [Consultado a 5 de Julho de 2014]

Figura 5.12. Vista geral do Armazém de Estágio e Envelhecimento da Quinta do Portal.

Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. [Consultado a 6 de Julho de 2014] 54

Figura 5.13. Plantas do Armazém da Quinta do Portal.

Fonte: *Wine and Architecture*. Munique: Detail, 2012, p.83. 55

Figura 5.14. Escadaria interior.

Fonte: <http://greatwinecapitals.com/best-of/porto/quinta-do-portal>. [Consultado a 6 de Julho de 2014] 56

Figura 5.15. Cobertura acessível com o portal e o auditório.

Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. [Consultado a 6 de Julho de 2014] 56

Figura 5.16. Plantas da Adega Mayor.

Fonte: *Wine and Architecture*. Munique: Detail, 2012, p.27. 57

Figura 5.17. Vista geral da Adega Mayor.

Fonte: Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. [Consultado a 8 de Julho de 2014] 58

Figura 5.18. Armazém das barricas da Adega Mayor.

Fonte: Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. [Consultado a 8 de Julho de 2014] 59

Figura 5.19. Acesso principal e rampa de acesso à zona de recepção das uvas.

Fonte: Fonte: Fernando Guerra - <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>. [Consultado a 8 de Julho de 2014] 59

Figura 5.20. Implantação da *Guest House* da Quinta de Lemos.

Fonte: <http://static.squarespace.com/static/5111abfde4b0abbccce9df169/52b8f1c6e4b0ca132bc9ce99/52b8f1c8e4b0ca132bc9ce9b/>. [Consultado a 10 de Julho de 2014] 60

Figura 5.21. Planta da *Guest House*.

Fonte: <http://static.squarespace.com/static/5111abfde4b0abbccce9df169/52b8f1c6e4b0ca132bc9ce99/52b8f1cfe4b0ca132bc9cea6/>. [Consultado a 10 de Julho de 2014] 61

Figura 5.22. Vista interior de um dos quartos.	
Fonte: http://static.dezeen.com/uploads/2013/09/-dezeen_De-Lemos-by-Carvalho-Araujo_9.jpg . [Consultado a 10 de Julho de 2014]	61
Figura 5.23. Piscina Interior.	
Fonte: http://diariodesign.com/wp-content/uploads/2013/09/quinta-de-lemos-Carvalho-Ara%C3%BAjo-14.jpg . [Consultado a 10 de Julho de 2014]	62
Figura 5.24. Vista geral da <i>Guest House</i> .	
Fonte: http://static.squarespace.com/static/5111abfde4b0abbce9df169/52b8f1-0ce4b038e4d947f059/52b8f10de4b0dbabcef0c0bd . [Consultado a 10 de Julho de 2014]	62
Figura 6.1. Localização da Quinta da Costa de Baixo.	
Fonte: http://www.maps.google.pt . [Consultado a 4 de Maio de 2015]	63
Figura 6.2. Limite da Quinta da Costa de Baixo.	
Fonte: http://www.maps.google.pt . [Consultado a 4 de Maio de 2015]. Edição: Hélio Cardoso.	64
Figura 6.3. Esquema representativo da evolução da ideia.	
Fonte: Elaboração própria.	65
Figura 6.4. Representação esquemática do endossar dos volumes ao terreno.	
Fonte: Elaboração própria.	65
Figura 6.5. Volumetria final endossada ao terreno.	
Fonte: Elaboração própria.	65
Figura 6.6. Núcleo edificado existente.	
Fonte: Arquivo pessoal.	66
Figura 6.7. Área de intervenção.	
Fonte: Arquivo pessoal.	66
Figura 6.8. Vista sobre o Rio Douro a partir da área a intervir.	
Fonte: Arquivo pessoal.	67
Figura 6.9. Vista sobre o Rio Douro a partir da área a intervir.	
Fonte: Arquivo pessoal.	67

Figura 6.10. Organograma espacial do piso 0. Fonte: Elaboração própria.	68
Figura 6.11. Organograma espacial do piso -1. Fonte: Elaboração própria.	69
Figura 6.12. Organograma espacial do piso -2. Fonte: Elaboração própria.	69
Figura 6.13. Organograma espacial do piso -3. Fonte: Elaboração própria.	70

Lista de Tabelas

Tabela 3.1. Evolução do número de unidade hoteleiras na região do Douro. Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto Nacional de Estatística. (INE)	22
Tabela 3.2. Evolução da capacidade hoteleira na região do Douro. Fonte: Elaboração própria com dados do INE.	22
Tabela 3.3. Distribuição das dormidas na região Norte. Fonte: Elaboração própria com dados do INE.	23
Tabela 3.4. Distribuição das dormidas na região do Douro, segundo o país de origem. Fonte: Elaboração própria com dados do INE.	23
Tabela 3.5. Evolução do número de unidades de Turismo em Espaço Rural e respectiva capacidade de alojamento. Fonte: Elaboração própria com dados do INE.	24
Tabela 3.6. Evolução da capacidade de alojamento do Turismo em Espaço Rural. Fonte: Elaboração própria com dados do INE.	24
Tabela 3.7. Crescimento do número de passageiros de cruzeiros com mais de um dia. Fonte: Elaboração própria com dados da Delegação do Norte e Douro do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM).	26
Tabela 3.8. Crescimento do número de passageiros de cruzeiros de um dia. Patamares Figura 4.8. Vinha em patamares na Quinta do Vau. Fonte: Elaboração própria com dados da Delegação do Norte e Douro do IPTM.	26
Tabela 3.9. Análise SWOT. Fonte: Adaptação da Análise SWOT do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD) 2007-2013.	27
Tabela 4.1. Ocupação territorial na Região Demarcada do Douro. Fonte: Elaboração própria.	38
Tabela 6.1. Quadro de áreas Fonte: Elaboração própria.	71

Lista de Acrónimos

AIEST	<i>Association Internationale D'Experts Scientifiques du Tourisme</i>
CEPESE	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
FEP	Faculdade de Economia da Universidade do Porto
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
GEHVID	Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PDTV	Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro
SDN	Sociedade das Nações
SNI	Secretariado Nacional da Informação
SPP	Sociedade de Propaganda de Portugal
UA	Universidade de Aveiro
UBI	Universidade da Beira Interior
UC	Universidade de Coimbra
UIOOT	União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo
UP	Universidade do Porto
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
VND	Via Navegável do Douro

1. Introdução

1.1. Ponto prévio

O turismo é actualmente, umas das actividades que apresenta um maior crescimento, quer em termos económicos, quer sociais, exibindo um forte crescimento sobretudo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, resultado das várias melhorias surgidas após este momento histórico, como iremos expor mais à frente.

Portugal é hoje, um dos principais destinos turísticos mundiais, acolhendo turistas dos vários cantos do mundo, sendo o Alto Douro Vinhateiro uma das regiões que recebe parte desses turistas. Fruto da proximidade com a cidade do Porto, eleita melhor destino europeu do ano 2014 e das suas paisagens deslumbrantes, bem como pela reconhecida qualidade dos seus produtos, como o vinho do Douro e do Porto, a região do Douro tem vindo a apresentar um grande crescimento em termos de procura, nem sempre correspondido quanto à oferta, existindo por isso, a necessidade de criar espaços que revivam o passado mas que ao mesmo tempo acarretem as exigências do presente e do futuro.

A região duriense apresenta uma paisagem muito característica e única à escala mundial, sendo de extrema importância a sua preservação e valorização, podendo o enoturismo ser uma possibilidade para que tal aconteça. Neste ponto, entendemos que a arquitectura tem um papel importante e vital, aparecendo como o elo de ligação entre as partes, com a criação de espaços arquitectónicos que possibilitam uma maior proximidade entre o património natural e o visitante, proporcionando um maior conhecimento da região, que por consequência leve a um maior respeito pela mesma.

Face ao exposto, propusemos definir o período histórico que esta dissertação irá investigar, no intervalo temporal compreendido entre o séc. XVIII e o séc. XXI, mais especificamente, entre 10 de Setembro de 1756, data da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - hoje Real Companhia Velha - que originou a primeira demarcação da região vinícola do Douro, estendendo-se até à actualidade, possibilitando assim uma análise dos acontecimentos mais significativos que moldaram a região, permitindo uma leitura e interpretação consistentes do contexto no qual se pretende intervir.

1.2. O problema

O Douro deixou há muito de ser apenas uma região produtora de vinhos, para passar a ser também um dos pontos turísticos mais importantes do país, resultando com isso na multiplicação de ofertas turísticas na região. Apesar disso, existem inúmeros recursos por explorar, deixando sempre espaço para que surjam novas ofertas. Ofertas estas que

representam um desafio maior, pois terão que marcar a diferença, proporcionar uma experiência nova para conseguir impor-se num cenário onde existe forte concorrência. Neste sentido, entendemos que a arquitectura e o turismo em paralelo posicionam-se como elementos fundamentais para o desenvolvimento e valorização das regiões com grande valor patrimonial e natural.

1.3. A hipótese

A questão principal que levou à escolha deste tema e que orientou a subsequente investigação foi a seguinte: poderá a arquitectura valorizar o turismo numa das regiões vinícolas mais significativas à escala mundial? Na qual seja possível uma melhor contextualização do valor histórico do local, apreciação e comercialização dos produtos da região e possibilidade de viver a experiência da vinicultura, usufruindo de uma beleza paisagística impar.

1.4. Os objectivos

Com a elaboração desta dissertação pretendemos, fundamentalmente, propor um objecto arquitectónico que integre as necessidades turísticas da Região Demarcada e que respeite a sua história secular.

De forma a alcançar esse objectivo, será necessária uma análise sintética à evolução do turismo no Mundo, em Portugal e na Região Demarcada do Douro, possibilitando assim identificar as potencialidades e fragilidades da região para o turismo; será também de extrema importância compreender a evolução histórica e social da Região Demarcada do Douro, bem como de toda a evolução do cultivo da vinha e como esta moldou a paisagem duriense; outro dos objectivos pretendidos será a realização de uma análise teórica a casos de estudo, relacionados com a temática do enoturismo, onde tenham ocorrido intervenções de unidades hoteleiras ou outros equipamentos relacionados com a vinicultura, quer na região do Douro quer fora dela, possibilitando assim uma comparação dos resultados. Por último temos como objectivo dar a conhecer a existência de uma *arquitectura rural duriense*, de forma a percebermos os métodos construtivos e materiais aplicados na construção.

1.5. Metodologia

Para a realização da dissertação foi usada uma metodologia que tem por base uma sustentação teórica e alguns casos de estudo, reflectindo-se numa proposta arquitectónica final.

Primeiramente foi feito um levantamento, em dicionários, dos termos basilares da dissertação, conseqüentemente foram interpretados e clarificados de forma a não suscitarem dúvidas a sua utilização.

Seguidamente foi recolhido todo o material teórico, sendo devidamente seleccionado para posteriormente ser a fonte principal de informação para a componente teórica da dissertação. O material recolhido teve como temas principais o Douro e o turismo.

Posteriormente, foi elaborada a componente escrita, sustentada no material teórico recolhido, onde abordámos superficialmente a História do turismo à escala Mundial, repetindo o processo para a realidade portuguesa e finalmente para a Região Demarcada do Douro, concluindo com uma análise SWOT sobre o estado do turismo na região do Douro.

Segue-se a Região Demarcada do Douro, onde abordámos a sua História, seguida de uma breve caracterização da região e por último apresentámos a arquitectura rural duriense.

Numa fase mais avançada procedemos à análise de quatro casos de estudo relacionados com o tema principal da dissertação, o enoturismo. Assim, foi possível observar e dissecar as soluções arquitectónicas encontradas para casos variados.

Por fim, foi elaborada uma proposta arquitectónica, relacionando todos os temas abordados. Esta irá contemplar a concepção de uma unidade hoteleira na região demarcada do Douro.

1.6. Normalização

Esta dissertação encontra-se estruturada segundo as *Normas de formatação de dissertações de Mestrado* da Universidade da Beira Interior, proveniente do despacho Nº 49/R/2010, seguindo a sequência de apresentação por este definido.

As notas de rodapé, citações e bibliografias foram elaboradas de acordo com as normas internacionais do *Harvard System of Referencing Guide*. Todas as obras consultadas e referenciadas no corpo de texto constam na bibliografia. Quando mencionadas no corpo de texto com nota numerada, as referências encontram-se abreviadas em nota de rodapé e por extenso na bibliografia geral.

As citações utilizadas ao longo desta dissertação encontram-se em *itálico* e entre aspas (“*texto*”). As restantes palavras que se encontram apenas em *itálico (texto)* e que se encontram ao longo do texto, dizem respeito a títulos, marcas ou palavras que nos pareceram importantes de salientar.

Esta dissertação não se encontra escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2012.

2. Definições e Interpretação

De forma a iniciar esta dissertação, pareceu-nos de extrema importância definir as palavras-chave e interpretá-las, facilitando o entendimento do texto, de forma a obter um maior rigor linguístico.

2.1. Definições

Hotel¹

Nome masculino. Estabelecimento onde se alugam temporariamente quartos mobilados, com ou sem serviço de refeições

(Do latim) *hospitāle*-, «albergue», pelo francês *hotel*, «hotel»

Hotel²

1. Casa, habitação privada. Na Idade Média, o termo designa qualquer habitação, mas no séc. XVII um H. é uma casa de distinção habitada por uma pessoa qualificada. 2. Actualmente, um hotel é um estabelecimento destinado a alugar quartos, com certo luxo, servindo ou não refeições. 3. Edifício ocupado por certos estabelecimentos públicos (Hotel dos Inválidos, etc.) O *H. De Ville* é o edifício onde tem a sede o conselho municipal e onde se agrupam os serviços de administração de uma cidade.

Turismo³

Nome masculino. 1. Actividade de viajar, de conhecer lugares diferentes daquele onde se vive habitualmente, com objectivos culturais, de entretenimento, etc.; 2. Conjunto de serviços relacionados com a promoção e organização desta actividade; 3. Movimento dos turistas; *turismo ecológico* - tipo de turismo que se apoia nos recursos naturais de valor ecológico e cultural de um local, sem comprometer a sua conservação e renovação; ecoturismo; *turismo rural* - tipo de turismo realizado em casas rústicas que possuem as características do meio rural em que se encontram, permitindo aos hóspedes um contacto directo com os usos e costumes da população local.

Do inglês *tourism*, «idem», pelo francês *tourisme*, «idem»)

Vinicola⁴

Adjectivo de 2 géneros. 1. Que diz respeito à vinicultura; 2. Em que há vinhas.

¹ Definição in *Dicionário de Língua Portuguesa 2009*. Porto, 2008.

² Definição in *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa, 2005.

³ Definição in *Dicionário de Língua Portuguesa 2009*. Porto, 2008.

⁴ Definição in *Dicionário de Língua Portuguesa 2009*. Porto, 2008.

(Do latim *vinu-*, «vinho» +*colĕre*, «cultivar»)

Vinicultura⁵

Nome feminino. Preparação dos vinhos

(Do latim *vinu-*, «vinho» +*cultura-*, «cultura»)

Património⁶

Nome masculino. 1. Herança paternal; 2. Bens que se herdam dos pais ou avós; bens de família; 3. Zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural; 4. *religião* - dote necessário para a ordenação de um eclesiástico; 5. *Figurado* - riqueza

(Do latim *patrimonĭu-*, «idem»)

Património⁷

Conjunto de bens culturais que devem ser preservados sendo protegidos por legislação específica. Em Portugal, o primeiro alvará de protecção ao P. data de 1721 e foi da responsabilidade de D. João V.

Duriense⁸

Adjectivo de 2 géneros. Relativo ao rio Douro ou à região do Douro; nome de 2 géneros. Natural ou habitante da região do Douro.

(Do latim *Durĭu-*, «Douro» +-ense)

2.2. Interpretação das definições e conceitos

Por forma a tornar mais simples a compreensão e para um maior rigor linguístico, pareceu-nos pertinente interpretar e clarificar as palavras-chave desta dissertação.

Entende-se por *hotel*, um estabelecimento com serviço de aluguer de quartos mobilados, servindo com determinado luxo e conforto os seus hóspedes, podendo ou não ter serviço de refeições. Encontrando-se por vezes, outro tipo de serviços para hóspedes e público em geral.

⁵ Definição in *Dicionário de Língua Portuguesa 2009*. Porto, 2008.

⁶ Definição in *Dicionário de Língua Portuguesa 2009*. Porto, 2008.

⁷ Definição in *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa, 2005.

⁸ Definição in *Dicionário de Língua Portuguesa 2009*. Porto, 2008.

Em relação ao conceito de *turismo*, entende-se como a actividade efectuada por pessoas - turistas - que consiste numa deslocação para fora do seu meio habitual. Essa deslocação terá de ser superior a 24 horas e inferior a 1 ano.

Relativamente ao conceito de *vinícola*, compreende-se como as actividades ligadas à *vinicultura* e à existência de vinhas. A *vinicultura* alude ao cultivo do vinho, a todas as etapas que vão da transformação da uva ao vinho.

No que diz respeito ao conceito de *património*, entendemos como um bem, material ou imaterial, edificado ou natural, que pelo seu valor próprio deve ser preservado e valorizado de forma a continuar a ser um elemento importante da cultura de determinado local ou país, possibilitando o seu usufruto por parte de gerações futuras. Nesta investigação o Alto Douro Vinhateiro apresenta-se como *Património Mundial*, elevando assim a sua importância a uma dimensão estratosférica.

Por fim, por *duriense* compreende-se como algo relativo ou natural da região do Douro.

3. O Turismo

*“O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite, com Sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava”.*⁹

Neste capítulo iremos, primeiramente, abordar de forma sucinta a evolução da definição de turismo e de turista, tentando assim perceber melhor as suas origens e os seus verdadeiros significados segundo alguns autores e entidades. Seguidamente, iremos expor a História do turismo à escala Mundial, demonstrando o seu desenvolvimento, desde os primórdios à situação actual. Dissecaremos também a História deste no território português apresentando alguns dados do seu crescimento. Por fim, trataremos o turismo na região do Douro, debruçando-nos, sobretudo, sobre as últimas três décadas e analisando os dados recolhidos de forma a entender quais as suas vicissitudes, os pontos fortes e as suas fraquezas.

Sobre a definição de turismo

A primeira definição de turismo de que há registos surgiu em 1910 pelo economista austríaco Herman Von Shullern zu Schrattenhofen (1861-1931) que afirma:

*“turismo é o conjunto que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.*¹⁰

Após esta definição surgiram mais algumas de outros autores, mas nunca fugindo da essência da afirmação de Schrattenhofen.

Mais tarde, em 1942, os professores Walter Hunziker (1899-1975) e Kurt Krapf (n.d.) definiram o turismo como:

*“É o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária”.*¹¹

⁹ José Saramago in *Viagem a Portugal*. Lisboa, 1995, p.387.

¹⁰ Von Shullern zu Schrattenhofen Apud Margarida Barretto in *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, 2003, p.9.

¹¹ Walter Hunziker & Kurt Kraft Apud Licínio Cunha in *Economia e Política do Turismo*. Lisboa, 2013, p.5.

Esta definição assumiu uma maior importância por ter sido aceite pelos membros da *Association Internationale D'Experts Scientifiques du Tourisme (AIEST)*.

Apresenta melhorias em relação às anteriores dado que refere que o turismo é uma actividade que requer um distanciamento da habitual zona de residência; esta definição abrange qualquer sujeito, seja habitante do país em causa ou estrangeiro e, diz-nos que o turismo não pode ter como finalidade uma actividade lucrativa principal, isto é, uma deslocação pode ser considerada turismo, mesmo que esteja sujeita a uma remuneração, desde que não seja a principal fonte de rendimento do indivíduo que a pratica, como por exemplo, a presença numa conferência ou num determinado evento.

Apesar de ser uma definição mais completa continuou a não agradar a todos. Para os sociólogos esta definição apresenta uma lacuna ao não referir quais os verdadeiros motivos pelos quais as pessoas procuram o turismo, como a procura pelo conhecimento, o repouso ou o divertimento num lugar diferente daquele que é o seu espaço comum.

Em 1965 Paul Bernecker (1908-2003) declara que:

“chamamos turismo ao conjunto de relações e consequências que resultam da mudança de cidade, de decisão livre e passageira e não baseado em motivações lucrativas e profissionais”.¹²

A definição de Bernecker também apresenta as suas falhas, este exclui da sua definição as viagens de trabalho, que apesar de não apresentarem a mesma ideia como motivo da viagem, acabam por recorrer aos mesmos serviços que as pessoas que o fazem por lazer, como hotéis, restaurantes e outras actividades destinadas a turistas.

Alister Mathieson (n.d.) e Geoffrey Wall (n.d.) definem, em 1982, o turismo como:

“a movimentação temporária de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e residência, as actividades em que se envolvem durante a estada nesses destinos e as amenidades criadas para satisfazerem as suas necessidades”.¹³

Uma vez mais, esta definição não encontrou consenso. Os principais defeitos apontados foram: não mencionar que o turismo não pode estar sujeito a um pagamento, ou seja, não se pode receber uma remuneração, que represente a maior parte do rendimento do indivíduo, durante uma viagem com finalidade turística; outro dos pontos discordantes foi relativamente

¹² Paul Bernecker Apud Júlio Coelho in *Un Índice de Desarrollo Turístico basado en el Ciclo de Vida de un Destino*. Badajoz, 2010, p.48.

¹³ Alister Mathieson & Geoffrey Wall Apud Jorge Santos in *A investigação sobre o Turismo*. Aveiro, 2010, pp.3-4.

ao facto das pessoas também praticarem actividades durante a deslocação até ao seu destino final e no caminho de regresso à sua residência.

Já em 1991, a *Organização Mundial de Turismo (OMT)* definiu o turismo da seguinte forma:

“O turismo compreende as actividades desenvolvidas por indivíduos (visitantes) no decurso das suas viagens e estadas para e em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano para fins recreativos, de negócios e outros”.¹⁴

Esta definição foi principalmente elaborada para fins estatísticos, daí ser a escolhida pela *Comissão de Estatísticas da ONU* para a realização dos seus estudos relativos ao turismo.

Apesar de ser a mais aceite, esta definição continua a não gerar consentimento, acima de tudo, por não precisar o significado de *“ambiente habitual”*, sendo constituído pelos locais mais próximos da residência de uma pessoa, a definição não explicita a distância que deve ser assumida. Ao nível das fronteiras, como por exemplo uma localidade próxima da fronteira com outro país tem como *“ambiente habitual”* esse mesmo país, existindo aí consumos, criando assim um movimento financeiro que tem que ser colocado na equação relativa ao turismo no país que se visita.

Como foi possível observar, o conceito de turismo tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, e ainda está longe de criar consenso entre os especialistas. As definições pecam, algumas, por serem demasiado dúbias, outras por lhes faltar alguma informação que seja necessária para definir correctamente o turismo.

Sobre a definição de turista

A palavra turista terá surgido por volta do séc. XVII, em Inglaterra, e terá tido como base a palavra francesa *tour*, que significa *volta*. A palavra turista passou a designar os realizadores da *Grand Tour*, viagem realizada ao longo da Europa por membros das famílias mais ricas e influentes de Inglaterra. Por esta altura, só eram considerados turistas os indivíduos que efectuassem uma deslocação para um país diferente do seu, meramente por questões de lazer e descanso. Todos os outros que se deslocassem por motivos diferentes, profissionais ou familiares, por exemplo, não eram considerados turistas.

De um modo geral, podemos usar a palavra *viajante* para definir qualquer tipo de deslocamento entre dois pontos, seja dentro do mesmo país, *viajante interno*, ou entre dois países diferentes, sendo aqui apelidado de *viajante internacional*. Estas definições contemplam qualquer motivo da viagem, seja profissional, familiar, religioso ou por questões de saúde.

¹⁴ Licínio Cunha, Op. Cit., 2013, p.7.

Já no séc. XX, as organizações que estudavam o turismo sentiram necessidade de encontrar uma definição mais concreta para aquilo que seria um *turista* e estas definições seriam, acima de tudo, para fins estatísticos.

Como tal, em 1937, a *Comissão Económica da Sociedade das Nações (SDN)* definiu pela primeira vez turista “*Como sendo toda a pessoa que viaja, por uma duração não inferior a 24 horas, para um país que não o do local da sua residência habitual*”.¹⁵ Esta definição serviu para facilitar as comparações das estatísticas em relação ao turismo, a uma escala mundial.

Seguidamente, em 1950, a *União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT)*, hoje OMT, apresentou pela primeira vez o conceito de “*excursionista*”, alterando também o termo “*turista*” por “*visitante temporário*”.

No ano de 1963, durante a *Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais*, que teve lugar na capital italiana, Roma, o termo *visitante* ganha uma nova definição, passando a significar “*A pessoa que se desloca a um país diferente daquele em que possui a sua residência habitual, por qualquer razão que não seja a de aí exercer uma profissão renumerada*”.¹⁶ Nesta mesma conferência procedeu-se à divisão dos “*visitantes*”. Estes passaram a designar-se “*turistas*” se a sua permanência no local de destino, sendo este um país estrangeiro, fosse superior a 24 horas. No caso de essa deslocação ser inferior a 24 horas, o termo que definia esses visitantes era “*excursionistas*”.

Estas novas definições passaram a ser aceites pela *União Internacional dos Organismos Oficiais do Turismo*.

Apenas em 1983, é que a OMT introduziu na sua definição de *turismo* o conceito de *turismo nacional*, sendo apenas a partir desta data consideradas as deslocações dentro do mesmo país como turismo.

Só em 1991, na conferência realizada pela OMT, na cidade canadiana de Otava, *Viagens e Estatísticas de Turismo*, se chega a uma definição mais consensual, e que é aceite em 1993 pela *Comissão de Estatísticas da ONU*.

As definições resultantes desta conferência foram as seguintes:

¹⁵ Cláudia Beato in *Planeamento do Sector do Turismo em Centros Urbanos*. Aveiro, 2008, p.9.

¹⁶ Licínio Cunha & António Abrantes in *Introdução ao Turismo*. Lisboa, 2013, p.5.

“Visitor - A visitor is a traveler taking a trip to a main destination outside his/her usual environment, for less than a year, for any main purpose (business, leisure or other personal purpose) other than to be employed by a resident entity in the country or place visited.”¹⁷

“Tourist (or overnight visitor) - A visitor (domestic, inbound or outbound) is classified as a tourist (or overnight visitor), if his/her trip includes an overnight stay, or as a same-day visitor (or excursionist) otherwise.”¹⁸

Como é possível verificar, a definição de turista, à imagem da definição de turismo, não tem sido de fácil estabelecimento. Apesar desta última, onde também se chegou à definição de visitante e excursionista, ser a que apresenta maior consenso, continua a levantar uma série de questões e dúvidas, não devendo contudo ser esquecido que estas definições têm como finalidade, acima de tudo, um estudo e uma análise estatística do turismo.

3.1. Resenha Histórica do Turismo

De forma a facilitar a leitura e a compreensão da evolução da História do turismo, pareceu-nos pertinente dividi-la em três partes distintas: *Os primórdios do turismo enquanto fenómeno*, *A mundialização do turismo* e *A afirmação e consolidação do Turismo*.

Os primórdios do turismo enquanto fenómeno estendem-se desde o princípio da civilização até ao início do séc. XVIII, sendo este o período de tempo mais abrangente, mas onde se produziram alterações menos significativas. *A mundialização do turismo* é o período compreendido entre o séc. XVIII e meados do séc. XX. Por fim, *A afirmação e consolidação do Turismo* inicia-se com o final da Segunda Guerra Mundial e prolonga-se até aos dias de hoje, sendo, como iremos demonstrar, o período de tempo que mais revolucionou o turismo.

3.1.1. Os primórdios do turismo enquanto fenómeno

Não é possível precisar com exactidão a origem das primeiras viagens, mas acredita-se que o povo sumério terá tido uma grande influência nesse processo. Há 6000 anos este povo terá criado a roda e a moeda, bem como o desenvolvimento do comércio a uma escala nunca antes vista. Com a invenção da roda foi possível desenvolver carruagens, que puxadas por animais,

¹⁷ Tradução pessoal - “Visitante - Um visitante é um viajante que faz uma viagem para um destino situado fora do seu meio habitual por uma duração inferior a um ano, por qualquer motivo principal (negócios, lazer ou outro motivo pessoal) que o de empregado de uma entidade local no país ou lugar visitado”. United Nations in *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. Nova Iorque, 2008, p.111.

¹⁸ Tradução pessoal - “Turista (ou visitante que pernoita) - Um visitante (doméstico, proveniente de outro país ou que viaja o estrangeiro) é classificado como turista (ou visitante que pernoita), se a sua viagem incluir passar uma noite no lugar visitado, caso contrário é considerado visitante de um só dia (ou excursionista)”. United Nations in Op. Cit., 2008, p.110.

facilitaram a circulação de bens e o movimento de pessoas, aliado a isto, surgiu a necessidade de desenvolver as estradas para maior facilidade nas deslocções.

Os egípcios organizavam excursões ao longo do rio Nilo para visitarem e contemplarem vários templos que se encontravam próximos das suas margens. Mais tarde, os gregos deslocavam-se para assistir aos Jogos Olímpicos, onde nas imediações existiam locais onde era possível pernoitar. Os gregos e mais tarde os romanos, deslocavam-se para visitar as 7 Maravilhas do Mundo Antigo, que se encontravam todas nas próximas do Mediterrâneo, ainda hoje as pirâmides de Gizé são uma das maiores atrações da região e a única resistente ao passar dos séculos.

Os romanos foram os grandes impulsionadores do turismo como hoje o conhecemos, com a criação de uma gigantesca rede de estradas, que contava com mais de 100.000 quilómetros de extensão, facilitando a mobilidade dos seus cidadãos. Com o surgimento das termas o turismo despontou um pouco por todo o império romano, as primeiras foram as termas de Agripa, construídas no ano de 25 a.C. em Roma. Aliando às condições existentes no seu interior - água quente, salas de massagens e de sudação - a uma panóplia de outras ofertas, como peças de teatro e jogos de circo. Algumas das termas criadas na altura são ainda hoje pontos importantes do termalismo na Europa, bem como em Portugal, onde temos o exemplo das termas de São Pedro do Sul, Chaves ou Luso.

Com o declínio e posteriormente fim do império romano, em 476, as viagens turísticas tornaram-se cada vez menos frequentes e mais difíceis de realizar, sobretudo devido à insegurança que passou a existir.

Com o surgimento do cristianismo e a sua grande expansão, as viagens mais procuradas eram maioritariamente as peregrinações a locais sagrados, como Santiago de Compostela, em Espanha, Canterbury, em Inglaterra e mesmo à Terra Santa, na Palestina. Como auxílio aos peregrinos foram surgindo vários locais onde era possível pernoitar.

As viagens de longa duração iniciaram-se no séc. XIII, quando Marco Polo, um veneziano proveniente de uma família de comerciantes abastados, se dirigiu acompanhado do pai e de um tio para Oriente, percorrendo a rota da seda ao longo de 24 anos, escrevendo A posteriori um livro com todos os relatos da viagem.

Com a expansão marítima protagonizada pelos portugueses, Lisboa virava ponto de visita obrigatório para quem desejava instruir-se, ou apenas por curiosidade, saber mais sobre as descobertas protagonizadas, atraindo assim um grande número de estrangeiros. Ao mesmo tempo, as grandes potências europeias, também elas, exploravam o desconhecido, descobrindo-se praticamente a totalidade do Mundo, com os espanhóis a descobrirem a

América do Sul e Central, os ingleses a América do Norte e os portugueses que controlavam toda a costa Africana, Índia e Japão, revolucionando com isto as viagens.

Os primórdios do turismo enquanto fenómeno caracterizavam-se como a época em que o turismo era praticado individualmente, e sempre por questões relacionadas com o comércio, religião, saúde, política e académicas. Apenas os centros termais e os espaços religiosos poderiam ter uma função turística.

3.1.2. A mundialização do turismo

A mundialização do turismo ocorreu numa altura em que a Europa enfrentava grandes mudanças a nível económico, social e cultural, assim como um período de grande evolução técnica. Foi por esta altura que se iniciou a Revolução Industrial, sendo Inglaterra o berço da mesma. Foi também neste período de tempo que se iniciaram as viagens de recreio, fruto dos ganhos avultados que as fábricas mecanizadas agora proporcionavam, aproveitando para aprofundar conhecimentos e proporcionar novas experiências.

Surgiram também as *Grand Tour*, praticadas por estudantes, diplomatas e membros de famílias ricas. A *Grand Tour* consistia numa viagem, com a duração de 3 anos, ao longo de vários pontos de interesse existentes na Europa, como Paris, as cidades italianas de Génova Florença, Veneza e Roma, passando ainda por Suíça, Alemanha e os Países Baixos.

A euforia em torno das viagens foi tanta que proporcionou o despontar de inúmeros guias turísticos, onde era dado todo o tipo de informação sobre os destinos, desde alojamento a pontos de interesse possíveis de visitar. Os grandes nomes da literatura da época, também foram contagiados, multiplicando-se os livros onde o tema tratado eram as viagens, como exemplos disso: *A volta ao Mundo em 80 dias* de Júlio Verne (1828-1905), ou *O Egito* de Eça de Queiroz (1845-1900).

Por volta de 1830, a Suíça criava os primeiros hotéis, que rapidamente substituíram os pequenos albergues e hospedarias existentes. Foi também na Suíça, mas já em 1883, que apareceu o primeiro documento oficial relativo ao turismo. O turismo de inverno também tem as suas raízes neste país do centro da Europa.

Em 1841, despontava um dos momentos mais importantes da história do turismo, o surgimento das viagens organizadas e por consequente das agências de viagem. O seu impulsionador foi Thomas Cook (1808-1892), que organizou as primeiras viagens colectivas dentro de Inglaterra, seguidamente na Europa e finalizando com viagens à volta do Mundo. Este sistema de organização de viagens ainda se mantém até hoje, sendo a origem do turismo que hoje conhecemos. Apenas 1 ano antes, Bernardo de Abreu (n.d.) abria, no Porto, a agência de viagens *Abreu*, que ainda hoje existe, onde eram vendidos bilhetes de comboio entre a cidade do Porto e Lisboa, vendendo também passagens marítimas para o Brasil.

O início do séc. XX apresenta-nos algumas melhorias nas infra-estruturas existentes, como a extensão da rede de caminhos-de-ferro e das estradas. Ocorreram também grandes transformações a nível social, como o surgimento de sindicatos que assumiram o papel de reivindicar melhor qualidade de vida para os trabalhadores. Fruto dessas reivindicações, o tempo de trabalho passou a ser inferior, atingindo-se também o direito ao repouso semanal. Estas melhorias levaram ao aparecimento de tempo-livre, surgindo o lazer como ocupação desse mesmo tempo. A aviação comercial e os automóveis faziam o seu aparecimento no que às viagens diz respeito, apesar de ainda serem de uso exclusivo das classes sociais mais ricas.

Uma das ideias que mais terá impulsionado o turismo surgiu de uma convenção da *Organização Internacional de Trabalho* (OIT), que introduziu o conceito de férias pagas, mais tarde reconhecido pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem* e posta em prática pela primeira vez em França, em 1936.

Estavam reunidas as condições para uma massificação do turismo, quer a nível social, quer económico, mas com o início da Segunda Guerra Mundial, este quase que desaparece, atrasando assim a sua expansão.

A idade moderna marca a mundialização do turismo, passando as viagens a apresentarem um carácter mais lúdico e viradas para o repouso. Surgiram as entidades reguladoras. A evolução social, pautada por uma maior valorização do homem, proporcionava uma melhoria na qualidade de vida, que levou a uma maior procura de ocupação dos tempos livre, ocasionando o crescimento do turismo.

3.1.3. A afirmação e consolidação do turismo

A afirmação e consolidação do Turismo têm como início a Segunda Guerra Mundial, que representou o declínio do turismo para valores nunca antes vistos. Somente na década de 50 do séc. XX é que o turismo voltou a impulsionar-se, fruto do desenvolvimento social e económico ocorrido no pós-guerra.

Com o fim da guerra, o mundo viveu uma época inédita, com crescimentos de produção e rendimentos familiares. Associado a estes factores, surgiu o aumento do tempo livre, fruto da diminuição do tempo de trabalho, os países desenvolvidos adoptaram as férias pagas a favor dos seus trabalhadores. Do ponto de vista financeiro, existiu um considerável aumento salarial, assim como a criação de meios sociais que facilitam a poupança de rendimento, como pensões de reforma, pagamento de despesas com a saúde e a atribuição de subsídios.

A necessidade de viajar surgiu como forma de fuga às rotinas diárias, procurando-se o bem-estar físico e psicológico. Por esta altura o turismo interno ainda era um produto subvalorizado, apostando-se, quase exclusivamente, no turismo internacional.

Seguidamente, entre 1973 e 1990, em consequência de vários acontecimentos históricos, o turismo sofreu algumas alterações, as viagens passaram a ser mais curtas quanto à duração e os destinos mais próximos do local de residência, sendo os hotéis de baixo custo os mais procurados. Assumindo o turismo interno um maior destaque, sendo mesmo em certos países mais importante, economicamente e em termos de turistas, do que o turismo internacional.

De 1990 em diante o turismo foi sempre registando uma taxa de crescimento positiva. A Europa perdeu posição como maior destino turístico, ganhando com isso os países do extremo oriente. Os novos países europeus saem beneficiados com as independências, ganhando um grande número de turistas.

Em 2007, aconteceu uma das maiores crises financeiras já registadas, levando à falência de inúmeros bancos. O turismo apresentava, em 2009, um decréscimo de 3,8% à escala mundial, sendo no entanto superado rapidamente, no ano seguinte o acréscimo foi superior às perdas registadas.

Este período apresentou várias mudanças, apresentando-se o turismo como uma actividade que abrange todos os estratos sociais, chegando certos países a registar cerca de 80% de partidas para férias. Outro dos avanços do turismo neste período foi a sua globalização, aparecendo turistas dos mais variados lugares em toda a parte. A diversidade de oferta passou a ser uma realidade, sendo possível realizar férias das mais variadas formas. A nível social registou-se também uma mudança em alguns turistas, sendo cada vez mais os que procuram variar os locais de destino.

3.2. Portugal e o Turismo (Desde 1900)

Portugal sempre se apresentou como um território propício para a prática do turismo, consequência de um conjunto de factores que apoiavam essa prática. São exemplos disso: as condições climatéricas e naturais que proporcionariam a prática do veraneio, a hospitalidade natural que os portugueses sempre apresentaram, bem como a diferença económica de Portugal em relação aos restantes países europeus, o que lhe possibilitava a prática de preços mais apelativos sem que isso implicasse uma diminuição na qualidade de atendimento. Contudo os entraves políticos de sucessivos governos pouco vocacionados a alterações e à modernização levaram a um retardar da afirmação do turismo no panorama nacional.

É em 1911 que é criado o primeiro organismo oficial tutelar do turismo em Portugal, a *Repartição do Turismo*, que se encontrava inserida no já extinto Ministério do Fomento. A sua criação ocorreu aquando da realização do *IV Congresso Internacional de Turismo*, realizado em Lisboa. Até então o turismo em Portugal passava pelas estâncias termais, sendo os dois focos de atracção do turismo internacional Lisboa e a Madeira. A divulgação do turismo era tida por uma instituição de carácter privado, a *Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP)*, sendo esta responsável por algumas das melhorias surgidas na época, como a ligação marítima

entre Lisboa e Nova Iorque ou a ligação diária Porto-Paris pelos caminhos-de-ferro, conseguindo vários acordos com o Estado de forma a tentar promover o turismo, como um regime de facilidades fiscais aquando da criação de hotéis. Por esta altura a aposta era forte no crescimento do turismo, mas o início da I Guerra Mundial iria ser um forte revés nas aspirações das entidades responsáveis pela promoção do turismo.

Com o fim da Guerra, Portugal procurou revigorar a sua política relativamente ao turismo, criando em 1920 a *Administração-Geral das Estradas e do Turismo* inserida no *Ministério do Comércio e da Comunicação*, a partir da qual se criaram comissões com o desígnio de protegerem e defenderem monumentos nacionais e outros exemplares do património histórico português. Alguns anos mais tarde, em 1928, os casinos conotavam-se ao turismo, criando a *Repartição de Jogos e Turismo* que era incorporada no Ministério do Interior.

Apesar dos esforços o número de turistas continuava pouco relevante em comparação com outros países europeus, tentou-se então aproveitar o grande fluxo de visitas à *Exposição Mundial de Barcelona e Sevilha* de 1929, com a criação de um conjunto de reformas, na tentativa de tornar o turismo em Portugal mais apelativo. Contudo as expectativas saíram goradas e os resultados obtidos não foram os esperados.

Seguidamente tenta-se a promoção de Portugal no estrangeiro, com a abertura das Casas de Portugal de Paris, Londres e Antuérpia, sendo a entidade responsável pela criação destas a *Comissão de Propaganda do Turismo de Portugal*.

A actividade turística iria sofrer mais uma grande contrariedade, com o rebentamento da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e mais tarde com o início da II Guerra Mundial (1939-1945), a qual limitou o fluxo de turistas internacionais em direcção a Portugal.

Com o pós-Guerra, Portugal regista algumas melhorias, um maior fluxo de visitantes, um aumento no número de camas e uma maior receita financeira derivada da actividade turística, todavia o crescimento era parco e menos expressivo relativamente aos restantes países europeus. Já com a década de 1950, o turismo português registou melhorias substanciais, como o aumento do número de turistas e de dormidas¹⁹.

Em termos políticos Portugal encontrava-se cada vez mais afastado das políticas internacionais e via no turismo uma possibilidade de se propagandear, pois não era de todo esquecido o potencial económico que o turismo proporcionava, sobretudo as receitas auferidas com os turistas estrangeiros. O governo apresentou então, em 1952 um projecto de

¹⁹ Segundo o *Turismo de Portugal*, dormidas são o “Número de noites efectuadas por um individuo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte”. In <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadrosestatisticos/dormidas/Pages/Dormidas.aspx> [Consultado em 30 de Junho de 2014]

Estatuto do Turismo, que contudo não chegaria a ser aprovado, mas que serviria de base para futuros diplomas chave do turismo português. Dois anos mais tarde é proclamada a Lei nº 2073 que possibilitava, a empresas hoteleiras, um acesso mais fácil ao crédito e algumas isenções fiscais de forma a estimular o seu desenvolvimento.

Posteriormente surgiram diversas alterações, como: a função de supervisionar o turismo foi conferida ao Secretariado Nacional da Informação, Cultural Popular e Turismo (SNI); foi criado o Fundo de Turismo, responsável pelo incentivo ao crescimento deste; passou a ser possível a criação de *Zonas de Turismo*, nas localidades que apresentavam pontos de interesse turístico como, a título de exemplo, eram as zonas balneares, zonas propícias para repouso ou na proximidade de monumentos. A criação dessas zonas necessitava de um parecer positivo por parte das câmaras municipais, por entenderem que estas salvaguardavam os interesses da população local.

O crescimento do turismo nos anos seguintes foi notável, no espaço de 13 anos, entre 1950 e 1963, o número de turistas passou de 76 mil turistas anuais para 514 mil, em termos económicos, as receitas provindas do turismo subiram de 311 mil contos para 2,1 milhões de contos. Relativamente à capacidade hoteleira, o número de camas mais que duplicou, em 1953 registavam-se 24 mil camas, sendo que em 1963 esse número era de 57 mil. Em termos de distribuição territorial, em 1963, era no distrito de Lisboa que se registava o maior número de camas, com cerca de 30% da capacidade hoteleira nacional, seguindo-se o distrito do Porto com 8,4%, Aveiro com 7,5% e Leiria com 7,2%. Em oposto, o Algarve e a Madeira, que se apresentam actualmente como os maiores centros turísticos do país, detinham apenas 5 e 3,3 % da capacidade hoteleira do país.

É no ano de 1964 que o turismo desponta mais fervorosamente em Portugal, resultado das melhorias económicas surgidas nos países industrializados. Essas melhorias propiciam uma massificação dos automóveis e das férias pagas aos trabalhadores, bem como a vulgarização dos transportes aéreos. Nesse ano Portugal ultrapassava a barreira de 1 milhão de entradas, o que representa quase o dobro das entradas registadas no ano anterior. Proveniente deste aumento de turistas, despontam grandes projectos que iriam ser implantados fora dos pontos turísticos tradicionais habituais, surgiram então como destinos a Madeira, o Algarve e Tróia. De modo a facilitar a entrada de novos turistas são edificados o aeroporto do Funchal e de Faro.

Em termos administrativos ocorriam também diversas alterações, a *Direcção de Serviços de Turismo* passa a designar-se *Comissariado do Turismo*, que logo de seguida mudaria novamente de nome, para *Direcção-Geral do Turismo*. Em relação à formação é fundado o *Centro de Formação Turística e Hoteleira* e surge a *Secretaria de Estado e Informação*, que vinha substituir a extinta SNI. Externamente e de forma a promover o turismo, despontam

novos *Centros de Turismo*, que dão continuidade ao trabalho iniciado com as *Casas de Portugal*.

O turismo em Portugal continuava em forte crescimento e em 1973 o número de estrangeiros que visitavam o país ultrapassava já os 4 milhões, superando, em número de dormidas, os portugueses. Dos turistas estrangeiros, cerca de 45% eram provenientes do Reino Unido e os Estados Unidos, sendo outros dos principais destinos Espanha, França e Alemanha. Já em relação à oferta, a expansão hoteleira que o Algarve e a Madeira sofreram reflecte-se no aumento da sua capacidade de oferta, sendo que o Algarve apresentava-se já com 16% da capacidade hoteleira nacional e a Madeira com 9,5%, contudo era ainda o distrito de Lisboa que surgia com mais recursos, 27% das camas encontravam-se neste distrito.

Caracterizava-se cada vez mais pela procura de praias e Sol, o que levou a um desvio do turismo, focando-se este cada vez mais no litoral. Em consequência, o interior perde um grande número de turistas.

Com a crise do petróleo de finais de 1973 e a Revolução de 25 de Abril de 1974 que conduziu à chegada em massa de portugueses provenientes das ex-colónias, que se albergaram provocando uma diminuição de turistas estrangeiros de quase 50% entre 1973 e 1975.

A capacidade hoteleira registou sucessivos aumentos até 1977, enfrentando depois uma estagnação resultante da Revolução e da falta de investimentos devido à falta de esclarecimento da situação política em que Portugal se encontrava. É apenas em 1982 que a capacidade hoteleira volta a registar um aumento. Contudo, já em 1979 o número de turistas registava um novo máximo histórico.

Nos anos seguintes Portugal continuou a apresentar um forte crescimento turístico, registando uma das maiores taxas de crescimento da Europa entre 1980 e 1992.

Em consequência deste crescimento, o turismo português vivia em êxtase, que contudo seria irreal e desmesurada e que levaram a uma ideia de lucro fácil. Como resultado, o turismo português começou a apresentar sinais de risco, como: o excesso de oferta, a carência das infra-estruturas, a construção descontrolada sem qualquer tipo de preocupação com o circundante, levando à destruição e descaracterização de recursos naturais e a excessiva dependência de um baixo número de mercados emissores.

O turismo em Portugal encontrava-se excessivamente homogeneizado, dos turistas estrangeiros que visitavam o território nacional, mais de metade eram provenientes do Reino Unido e da Alemanha e se a estes se junta-se Espanha esse valor subiria para cerca de dois terços. Em termos territorial, o turismo concentrava-se maioritariamente no Algarve e em

Lisboa, perfazendo cerca de 70% das dormidas de turistas estrangeiros. No que diz respeito aos atractivos e as motivações, Portugal baseava as suas ofertas turísticas no sol e no mar.

O principal desafio que se impôs ao turismo português foi tentar diversificar-se, procurando novos mercados, motivações e atracções. É então lançado, em meados da década de 1980, o *Plano Nacional de Turismo*, que tinha como alguns dos principais objectivos: mitigar as diferenças e desequilíbrios existentes entre as diversas regiões do país e proteger o património natural assim como preservar e valorizar o património cultural. Todavia o Plano acabou por não ter êxito, sendo abandonadas algumas iniciativas que procuravam diversificar a oferta turística, nomeadamente no Vale do Douro, na Serra da Estrela e no Interior Alentejano, assim como em diversas estâncias termais.

A partir da década de 1990 o turismo português entra em recessão, registando uma diminuição no número de entradas de turistas estrangeiros, levando, por consequente, à minoração das receitas provenientes do turismo, acontecimento que já não se verificava deste a Revolução de 1974. Derivado destes acontecimentos, as desigualdades que se tentaram inverter, acabaram por se agravar de forma acentuada. Os turistas originários do Reino Unido, Alemanha e Espanha representavam já 72% dos turistas estrangeiros, relativamente à distribuição, o Algarve, a Madeira e Lisboa registavam, em conjunto, 90% das dormidas estrangeiras, o que demonstra o agravar da situação fase à década de 1980.

Em 1996 regista-se uma pequena melhoria, verificando-se um aumento do número de turistas estrangeiros e das receitas turísticas. Todavia estas melhorias foram fugazes já que em 1999 registaram-se novos decrescimentos.

Com a entrada no novo século, “*A análise da evolução do turismo na década iniciada em 2000 é uma tarefa que se depara com inúmeras discrepâncias estatísticas que não garantem a suficiente fiabilidade e as conclusões que delas se podem extrair não permitem o rigor exigível*”.²⁰ Contudo ainda é possível tirar algumas ilações, a situação do turismo português registou algumas transformações. O número de dormidas de turistas estrangeiros diminuiu fortemente, porém em compensação as dormidas de portugueses aumentaram de forma inesperada, ajudando a minorar os prejuízos que daí poderiam emergir.

Em termos administrativos deu-se a criação do Instituto do Turismo de Portugal que incorporou as entidades então existentes, como a *Direcção-Geral do Turismo*, o *Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo*, o *Instituto Nacional de Formação Turística* e a *Inspecção Geral de Jogos*. Mais tarde, em 1997, é aprovado o *Plano Estratégico Nacional de Turismo* (PENT), que possibilitou a projecção de novos destinos turísticos, assim como relançar alguns que já apresentavam algum desenvolvimento nos anos anteriores como eram: o Vale do Douro, a Serra da Estrela e o Alqueva entre outros.

²⁰ Licínio Cunha, Op. Cit., 2013, p.78.

3.3. Turismo na Região Demarcada

A região do Alto Douro encontra-se indubitavelmente ligada ao turismo. Há várias décadas que se relata o regresso temporário de naturais da região que dela partiram na procura de melhorar a sua qualidade de vida, bem como o retorno da burguesia, residentes na sua maioria na cidade do Porto, que em grupos mais ou menos numerosos se deslocavam à região para acompanhar as vindimas.

Como vimos anteriormente, o turismo em Portugal deteve o seu grande desenvolvimento no final da década de 1950 e início da década seguinte, contudo a região do Douro, assim como todo o interior do país, não acompanhou essa tendência. Esta situação tem sofrido alterações, as motivações dos turistas deixaram de ser apenas direccionadas para os destinos turísticos habituais, convertendo-se cada vez mais para tipos de turismo alternativos, levando à afirmação e consolidação dessas regiões e neste caso em particular, da região do Alto Douro.

3.3.1. Alojamento

No que diz respeito à capacidade de alojamento da hoteleira nos concelhos afectos ao Alto Douro Vinhateiro, as tabelas 3.1. e 3.2. auxiliam-nos na compreensão do aumento do número de camas.

Estabelecimentos	2002	2012	Crescimento
Hotéis	8	20	150%
Pensões	21	12	-42,86%
Outros Estabelecimentos ²¹	6	4	-33,33%
TOTAL	35	36	2,86%

Tabela 3.1. Evolução do número de unidade hoteleiras na região do Douro.

Estabelecimentos	2002	2012 ²²	Crescimento
Hotéis	1050	1710	62,86%
Pensões	952	463	-51,37%
Outros Estabelecimentos	306	130	-57,52%
TOTAL	2308	2303	-0,22%

Tabela 3.2. Evolução da capacidade hoteleira na região do Douro.

²¹ “Os “Outros estabelecimentos” hoteleiros englobam os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens”. In Anuário Estatístico da Região Norte 2012, 2013, p.371.

²² Não foi possível determinar o exacto número de camas de algumas unidades hoteleiras por falta de dados, dado o sigilo estatístico existente.

Apesar da falta de dados, é possível deduzir que a região do Douro encontra-se num processo de melhoramento das unidades hoteleiras existentes. A expansão dos hotéis em detrimento das pensões leva a crer que a região pretende, acima de tudo, alcançar melhorias qualitativas.

Relativamente à procura, a região registou, em 2012, 192 463 dormidas, o que representa um aumento de cerca de 34% face a 1998, quando o número de dormidas foi de 143 706. Em relação à região onde se insere o Douro, estas dormidas representam 4,24% da totalidade da região Norte de Portugal.

Sub-região	Dormidas	Percentagem
Grande Porto	2 794 601	61,53%
Cávado	460 585	10,14%
Ave	312 978	6,89%
Minho-Lima	268 358	5,91%
Alto Trás-os-Montes	254 251	5,60%
Douro	192 463	4,24%
Tâmega	156 324	3,44%
Entre Douro e Vouga	102 359	2,25%
Norte	4 541 919	100%

Tabela 3.3. Distribuição das dormidas na região Norte.

Quanto à proveniência dessas dormidas, no mesmo ano de 2012, cerca de 80% são de residentes em Portugal, valor muito superior face ao que se regista com a Região Norte, onde esse valor é pouco superior a 50%. As dormidas dos turistas provenientes do Reino Unido representam o maior número no que diz respeito a estrangeiros, seguidos de perto por Espanha e França. A grande presença de turistas do Reino Unido nesta região prende-se, indubitavelmente com as ligações históricas entre a região do Douro e o território inglês.

Origem	Dormidas	Percentagem
Portugal	153 863	79,94%
Reino Unido	6 839	3,55%
França	5 187	2,70%
Espanha	5 129	2,66%
Alemanha	2 456	1,28%
Estados Unidos da América	1 790	0,93%
Países Baixos	1 098	0,57%
Itália	587	0,30%
Outros	15514	8,07%
Total	192 463	100%

Tabela 3.4. Distribuição das dormidas na região do Douro, segundo o país de origem.

Relativamente ao Turismo em Espaço Rural (TER), não foi possível recolher dados actuais da sua situação na região, contudo iremos servir-nos de dados mais antigos para perceber o seu crescimento e a sua importância na actividade turística do Douro.

Como é possível observar pela tabela 3.5., a região do Douro apresentou um forte crescimento de unidades de TER no início deste século. Sendo que já anteriormente tinham apresentado um crescimento notável, já que entre 1993 e 2000 as unidades de alojamento de TER aumentaram 54% a sua capacidade 94%.

Diferentes tipos de TER	2000	2002	Crescimento
Turismo de Habitação	12	11	-8,33%
Turismo Rural	18	25	38,89%
Agro-turismo	7	8	14,29%
Casas de Campo	0	3	-
TOTAL	37	47	27,03%
Capacidade de Alojamento			
	2000	2002	Crescimento
TOTAL	366	452	23,50%

Tabela 3.5. Evolução do número de unidades de Turismo em Espaço Rural e respectiva capacidade de alojamento.

Face à região Norte, é possível analisar o crescimento com dados actualizados, que nos mostram um crescimento de 42,32% na capacidade de alojamento, de 2002 a 2012. As 5115 camas existentes na região Norte representam 40,97% da capacidade de alojamento do TER no panorama nacional, o que demonstra a sua importância para a região. Este elevado número do TER poderá ter a sua resposta na grande quantidade de palacetes e quintas convertidas nos últimos anos em unidades de alojamento.

Zona	2002	2012	Crescimento
Portugal	8 579	12 485	45,53%
Norte	3 594	5 115	42,32%
Representatividade Nacional	41,89%	40,97%	

Tabela 3.6. Evolução da capacidade de alojamento do Turismo em Espaço Rural.

3.3.2. Ofertas Turísticas

As ofertas de animação turística constituem um elemento crucial no que diz respeito à oferta turística. Sendo estas as principais responsáveis pelo apelo de turistas para a região pareceu-nos fundamental enumerar as principais e expô-las de forma sucinta.

As ofertas turísticas presentes na região do Alto Douro, entre outras, são: actividades de ar livre; a cinegética, os museus, os cruzeiros no rio Douro, o comboio turístico e a rota do vinho do Porto, onde se inclui o enoturismo.

As actividades ao ar livre têm ganho grande destaque na região Duriense, visto que esta apresenta condições idílicas para a sua realização. Apesar dos condicionamentos legais e de estar ainda no seu início, apresenta-se com boas perspectivas de futuro.

Dentro das actividades ao ar livre podemos destacar as provas todo-o-terreno, alpinismo, escalada, BTT, pedestrianismo, tiro com arco, canoagem, percursos temáticos, visitas a explorações agrícolas, observação ou a fotografia de natureza e paisagem.

A actividade cinegética encontra-se bem representada no Alto Douro Vinhateiro (ADV), sendo que dentro das delimitações do ADV existem cerca de 33 mil hectares de zona de caça. É, contudo, no concelho de São João da Pesqueira que existe a única zona de caça turística, sendo as outras de carácter associativo. Perto da região do Douro encontram-se outras zonas importantes de caça, como Castro Daire, Moimenta da Beira, Penedono e Figueira de Castelo Rodrigo a Sul, ou Mogadouro a Norte. Esta proximidade possibilita uma articulação entre entidades e regiões, ajudando assim na promoção deste tipo de actividade, possibilitando com isso um aumento do número de indivíduos praticantes desta actividade na região.

A oferta museológica no ADV é débil, não existindo uma grande variedade de museus, sendo o mais conhecido e importante o Museu do Douro, que aborda toda a temática da região e dos seus produtos, principalmente o vinho. Em 2012 existiam contudo na região do Douro 11 museus abertos, registando, em conjunto, 394 753 visitantes. Sendo que só o Museu do Douro, em Peso da Régua, deteve 255 567 visitantes, o que equivale a quase 65% dos visitantes.

Os cruzeiros no rio Douro registaram em 2012 cerca de 450 mil passageiros, sendo que estes se dividem em cruzeiros com mais de um dia, cruzeiros de um dia, cruzeiros na mesma albufeira, navegação de recreio e navegação comercial. Destes iremos fazer uma breve análise dos três primeiros por nos parecerem os que apresentam maior relevo no turismo da região Duriense.

Os cruzeiros de um dia registaram no ano de 2012 cerca de 30 mil passageiros, o que corresponde a uma percentagem de 7% dos passageiros que transitaram na região. Existiam na região 34 operadores, detendo, em conjunto 74 embarcações. Como podemos observar pela tabela 3.7. este tipo de cruzeiros tem apresentado um crescimento bastante significativo, verificando-se um crescimento de 58,48% entre 2007 e 2012.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Passageiros	17 724	20 982	19 711	22 017	26 454	28 089
Crescimento	-	18,38%	-6,06%	11,70%	20,15%	6,18%

Tabela 3.7. Crescimento do número de passageiros de cruzeiros com mais de um dia.

Em contrapartida os cruzeiros de um dia registaram uma diminuição de passageiros, passando de 148 016 passageiros em 2007 para 135 688 passageiros no ano de 2012, o que representa um decréscimo de mais de 8%.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Passageiros	148 016	144 187	159 198	173 143	153 033	135 688
Crescimento	-	-2,59%	10,41%	8,76%	-11,61%	-11,33%

Tabela 3.8. Crescimento do número de passageiros de cruzeiros de um dia.

Os cruzeiros na mesma albufeira representam perto de 60% da totalidade de passageiros, registando 248 007 passageiros no ano de 2012.

Em 1998, despontaram os comboios turísticos na região do Douro depois do sucesso que estas iniciativas tiveram no Reino Unido. Existe actualmente apenas uma linha em funcionamento, a *linha do Douro*, que une o Peso da Régua a Tua. O comboio turístico é composto por 5 carruagens históricas rebocadas por locomotivas a vapor e a diesel, proporcionando aos turistas uma viagem em condições similares às do início do séc. XX, desfrutando das paisagens típicas da região.

3.3.3. Enoturismo

O vinho tem indiscutivelmente uma presença marcante na região do Douro, assim, é imprescindível a existência de uma actividade que auxilia os turistas e visitantes a entenderem o fenómeno que é a produção vinícola e outros elementos próximos, como a sua história, a gastronomia e a própria paisagem.

O enoturismo surge então como elo de ligação entre o turista e a região. Na região demarcada do Douro o enoturismo encontra-se devidamente estruturado pela Rota do Vinho do Porto (RVP) que foi inaugurada a 21 de Setembro de 1996. Aquando da sua fundação, a RVP contava com 54 locais identificados, variando entre produtores, adegas cooperativas, espaços dedicados à comercialização dos vinhos da região, enotecas e casas de TER.

O enoturismo possibilita ao turista o disfrutar pleno de todas as transformações ocorridas na produção dos vinhos. Podendo visitar as adegas e as vinhas, degustar e comprar os vinhos produzidos, assim como participar em alguns trabalhos vinícolas, como a vindima ou a pisa em lagar.

3.3.4. Análise SWOT

De forma a finalizar o capítulo referente do turismo, pareceu-nos importante apresentar uma análise SWOT sintetizando assim o estado do turismo na região do Douro.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem única e Património Mundial da UNESCO; • 1ª Região vitícola demarcada e regulamentada do mundo; • Vasto e rico património histórico, cultural e arqueológico; • Proximidade ao Vale do Côa, também Património Mundial da UNESCO; • Rio Douro e a sua navegabilidade; • Diversidade de oferta turística, como TER, o vinho, a gastronomia, cruzeiros, etc.; 	<ul style="list-style-type: none"> • População envelhecida e desertificação; • Baixos níveis de escolaridade; • Acessibilidades e infra-estruturas em estado pouco satisfatório; • Falta e ausência de sinalização relacionada com o turismo e as suas actividades; • Incapacidade de fixar os visitantes por maiores períodos de tempo; • Ausência de um maior número de alojamentos de qualidade superior; • Fraca visibilidade e notoriedade nos mercados internacionais; • Incapacidade em articular e coordenar os diversos agentes; • Falta de qualificação dos recursos humanos no sector.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Procura de novos interesses de consumo e motivações dos turistas, diversificando e indo de encontro ao desejado; • Maior compromisso político e mobilização das instituições competentes para auxiliar no desenvolvimento da região; • Existência de iniciativas privadas com investimentos no turismo; • Aeroporto Francisco Sá Carneiro ampliado e modernizado; • Reorganização das instituições intervenientes na região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de competitividade face a outros destinos e regiões com a mesma tipologia de oferta; • Envelhecimento da população residente e constante desertificação da região, levando à perda das tradições e costumes; • Perseverança dos problemas relacionados com as infra-estruturas; principais • Excessiva mecanização da viticultura, podendo levar a uma descaracterização da paisagem; • Saída de investidores para outras regiões.

Tabela 3.9. Análise SWOT

4. O Douro Vinhateiro

“O Douro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir. Não é o panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza. Socalcos que são passadas de homens titânicos a subir as encostas, volumes, cores e modulações que nenhum escultor, pintor ou músico podem traduzir, horizontes dilatados para além dos limiares plausíveis da visão. Um universo virginal, como se tivesse acabado de nascer, e já eterno pela harmonia, pela serenidade, pelo silêncio que nem o rio se atreve a quebrar, ora a sumir-se furtivo por detrás dos montes, ora pasmado lá no fundo a reflectir o seu próprio assombro. Um poema geológico. A beleza absoluta.”²³

A região do Douro é, sem dúvida, uma das paisagens mais marcantes do território português e cenário da luta do Homem contra a natureza na tentativa de a dominar. Consideramos fundamental falar sobre esta região, iremos principalmente debruçar-nos sobre questões como a sua História, os seus costumes e vivências, as “pragas” que assolaram a região e sobretudo apresentar a arquitectura rural duriense.

Para a contextualização histórica da Região Demarcada do Douro, optámos por dividir os acontecimentos de acordo com o balizamento temporal feito anteriormente, onde iremos fazer uma breve referência aos acontecimentos mais importantes até à criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), mais tarde Marquês de Pombal, que originaram as primeiras demarcações da região. Posteriormente mostraremos os acontecimentos ocorridos após as primeiras demarcações, e toda a evolução da região até à actualidade.

4.1. A História

4.1.1. Pré-Demarcação Pombalina

A região do Douro é povoada há vários milhares de anos, prova disso são as descobertas de gravuras rupestres junto do vale do rio Côa, assim como de alguns monumentos megalíticos. Contudo, é tarefa praticamente impossível precisar a origem da cultura da vinha nesta região, apesar de existirem vestígios de grainhas de uva em contextos calcolíticos, nada indica o cultivo da vinha por parte das civilizações de então, nem à sua vinificação.

Com a chegada dos romanos deu-se um maior aproveitamento dos recursos naturais existentes na região, como o aproveitamento de águas termais e a introdução de pequenas pedreiras.

²³ Miguel Torga in Diário - Vols. IX a XII. Lisboa, 2011, p.327

Foram também os responsáveis pela construção de estradas e pontes que facilitaram a ligação entre os vários povoados existentes.

Porém, perto do fim do Império Romano o cultivo da vinha foi mais difundido na região. Como prova disso existem inúmeros achados arqueológicos que remetem para essa época, como fragmentos de talhas e alguns lagares. Contudo, trata-se de uma época muito pouco estudada, deixando muitas questões e dúvidas por responder.

Segue-se um período conturbado, de constantes conflitos, guerras e invasões, que apesar de tudo não impediram os sucessivos povos que passaram pela região de aí continuarem o cultivo da vinha.

Com o Reino de Portugal já consolidado e com o crescimento de diversas ordens religiosas, a Ordem de Cister assumiu um papel importante na região, investindo em terras com excelentes condições para a produção de vinhos. Alguns desses mosteiros possuíam até barcos próprios, que transportavam, entre outros produtos, os vinhos para a cidade do Porto, começando assim uma ligação que dura até hoje. Fruto da sua localização, o Porto tornou-se no principal distribuidor dos vinhos da região do Douro.

Desde o séc. XVI, que a vinicultura se assumiu como uma referência na paisagem próxima à cidade de Lamego, sobretudo na encostada virada para o rio Douro. É também neste século que se inicia um maior cuidado no cultivo das vinhas de maior qualidade para fins comerciais, com os então *Vinhos de Lamego*, região que hoje se encontra na sub-região do Baixo Corgo.

No séc. XVII a vinicultura continuava o seu forte crescimento, tanto territorial, como na sua expansão nos mercados europeus. Em 1675 surgiu pela primeira vez a designação de “*Vinho do Porto*” por Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680) no *Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino* aquando do envio de vinho para a Holanda.²⁴ Durante este século o vinho do Porto ganhou notoriedade em toda a Europa, sendo Inglaterra o seu principal destino. A título de exemplo, no último quarto de século, as exportações de vinho do Porto para Inglaterra passam das 400 pipas para as 8 mil pipas.

Em 1703 deu-se a assinatura do *Tratado de Methuen* entre Portugal e Inglaterra, que acordava benefícios comerciais entre os dois países. Os vinhos portugueses passavam a receber benefícios aduaneiros em relação aos restantes vinhos europeus. Na década de 1720 as exportações do vinho do Porto alcançavam já a cifra de 20 mil pipas.

Durante o séc. XVIII, fruto da grande influência do mercado inglês sobre o Vinho do Porto, inúmeros comerciantes ingleses estabeleceram-se na Cidade do Porto. Fundando, em 1727, uma Feitoria, que representava os interesses destes em relação ao vinho do Porto.

²⁴ Miguel Torga in *Diário* - Vols. IX a XII. Lisboa, 2011, p.327

Como resultado de toda esta procura e dos altos preços a que os vinhos eram vendidos no mercado inglês, despontam abusos e fraudes. Alguns vinhos começaram a ser confeccionados com a adição de baga de sabugueiro ou açúcar para adulterar a qualidade do vinho, ou até a aquisição de vinho de baixa qualidade para posteriormente ser misturado com os melhores vinhos e assim aumentar a quantidade de vinho a vender.

Em consequência, as exportações dos vinhos estagnaram, contudo a produção continuava a aumentar, resultando na baixa de preços. Em 1754, o mercado inglês recusava-se a adquirir mais vinho a Portugal devido à perda de qualidade.

4.1.2. Instituição da Companhia e primeiras demarcações

A crise dos vinhos do Douro levaria à intervenção do Estado, Marquês de Pombal, então ministro de D. José I (1714-1777), instituiu a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, por alvará régio de 10 de Setembro de 1756.

A Companhia tinha como principais objectivos: demarcar a região onde seriam produzidos os vinhos de embarque²⁵; qualificar os vinhos de acordo com a sua qualidade e controlar a autenticidade do vinho destinado à exportação, evitando desta forma falsificações e exportação de vinho de má qualidade. A Companhia ficava também responsável pelo fornecimento do vinho às tabernas do Porto e com o monopólio da exportação de vinhos, aguardentes e vinagres para o Brasil.

A instituição da Companhia foi tudo menos pacífica, pretendida por muitos comerciantes portuenses e por proprietários de vinhedos, que acreditavam que esta iria por termo à hegemonia que os comerciantes ingleses tinham sobre a exportação do vinho, veemente refutada por parte dos ingleses, clero e taberneiros do Porto, que com a sua criação iriam ser os mais prejudicados.

A 23 de Fevereiro de 1757 dá-se, no Porto, o *motim dos taberneiros*. Alguns taberneiros da cidade, descontentes com a formação da Companhia reuniram-se no jardim de João Chagas, mais conhecido por jardim da Cordoeira, provocando de seguida descatos e vandalizando o escritório da Companhia, assim como a casa do seu provedor e mais duas casas adjacentes, todas pertencentes a elementos da Companhia. A 28 de Fevereiro, D. José I ordenou a abertura de um inquérito para determinar os responsáveis pelo motim, dando-se ainda a 15 de Março outro motim.

Do inquérito resultaram 462 suspeitos, sendo que destes 26, 21 homens e 5 mulheres, foram condenados à morte. A 14 de Outubro de 1757, 17 dos condenados foram enforcados ou decapitados, sendo que os restantes conseguiram fugir.

²⁵ Assim denominados os vinhos destinados à exportação. Francisco Silva in *Vinhos do Douro: loteamentos clandestinos que desafiaram o Marquês (1771-1775)*. Porto, 2001, p.161.

Como definido, a quando da criação da Companhia, a região do Douro é demarcada entre os anos de 1757 e 1761, como nos diz Gaspar Martins Pereira, a região demarcada no Norte de Portugal não foi a primeira à escala mundial. Surgindo primeiro a região demarcada de Chianti, na Toscana, em 1716 e Tokay, na Hungria, em 1737. No entanto revela-se pioneira “...na articulação entre ideia moderna de “denominação de origem controlada” (...) e a criação de mecanismos institucionais de controlo e certificação, apoiados num vasto edifício legislativo”²⁶. Alguns dos mecanismos implementados foram a criação de um cadastro e qualificação das parcelas, possuindo um marco de granito com a inscrição “Feitoria” as zonas destinadas à produção do melhor vinho. A primeira demarcação estendia-se entre Santa Marta de Penaguião e o vale do Pinhão.

Entre 1788 e 1793, sucederam-se as demarcações marianas, aumentando a área de demarcação sobretudo na sub-região do Cima Corgo. Apesar da destruição do Cachão da Valeira²⁷, a expansão da demarcação para o Douro Superior apenas ocorreria já no séc. XIX.

Durante a década de 1820, Portugal encontrava-se dividido entre o liberalismo e o absolutismo, existindo constantes mudanças em relação aos poderes da Companhia. Em 1834 dá-se, finalmente, a vitória liberalista, que a 30 de Maio do mesmo ano acabava com todos os poderes da Companhia, procedendo à extinção das demarcações existentes. Por motivos muito similares aos que levaram à fundação da Companhia, esta foi restituída a 7 de Abril de 1838.

Na segunda metade do séc. XIX surgiram as pragas que provocaram uma grande devastação no vinhedo duriense. A primeira apareceu logo após o virar do meio século, o oídio, que em pouco mais de 6 anos fez baixar a produção da região para um quinto do registado anteriormente. Nesta altura as quintas do Douro Superior apresentam maior crescimento dado ao facto de o oídio não se ter manifestado tão profundamente nesta área.

Em 1852, Fontes Pereira de Melo (1819-1887), substituiu a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* pela *Comissão Reguladora da Agricultura e Comércio dos Vinhos do Alto Douro*. A Companhia passava a mera sociedade comercial, estatuto que mantém até aos dias de hoje. A Comissão era composta por agricultores e comerciantes e presidida pelo director da Alfândega do Porto. Manteve contudo a exclusividade de ser a partir do Porto que se efectuavam as exportações e a demarcação já existente. Apesar das alterações, a Comissão instaurada não singrou, levando a que em 1865 fossem extintas todas as entidades reguladoras da região, bem como o fim da exclusividade da Barra do Douro e da demarcação, surgindo assim uma liberalização do comércio dos vinhos.

²⁶ Gaspar Pereira in *A região do vinho do Porto - origem e evolução de uma demarcação pioneira*. Porto, 1996, p.181.

²⁷ Limite navegável do rio Douro. Carlos d’Abreu in *Navegação no rio Douro - o sonho (re)corrente de Castela*. Porto, 2007, p.40.

Entretanto já havia despontado uma nova praga, desta feita a filoxera, que terá sido introduzida em Portugal na Primavera de 1863 na Quinta dos Montes, em Gouvinhas, cujo proprietário terá importado vinhas americanas, tendo estas trazido a doença consigo. A força destruidora desta nova praga foi enorme. Como exemplo temos a produção na quinta referida anteriormente, que produzia entre 60 a 70 pipas de vinho antes do aparecimento da filoxera e que no espaço de 9 anos viu a sua produção cair para apenas 1 pipa anual. No início, a propagação da filoxera foi relativamente lenta, alastrando-se mais intensamente, por toda a região produtora, na década de 1870. Com a destruição das vinhas, os agricultores procuram alternativas ao cultivo da vinha, sendo algumas das alternativas encontradas: o tabaco, as árvores de fruto, o gado e os cereais. Devido às grandes dificuldades que os agricultores passavam, ocorreu nesta altura uma das maiores transferências de propriedades na região, adquiridas sobretudo por homens de negócios, com capacidade financeira para suportar as transformações que aí viriam, como a plantação de vinhedos novos nas quintas afectadas pela praga.

Em 1876, aparecem as primeiras experiências na tentativa de acabar com a filoxera. Surge então a ideia de enxertar cepas de videiras americanas com as cascas da região, dado que estas cepas eram resistentes ao ataque da filoxera.

A partir de 1880 dá-se uma queda na procura do vinho do Porto nos principais mercados de destino. Em contrapartida a produção aumenta fruto das novas plantações pós-filoxera e da expansão das quintas até à fronteira com Espanha, passando assim a existir uma oferta em demasia em relação à procura. De forma a agravar ainda mais a situação, surgem falsificações de diversos pontos da Europa, como os “*French Ports*” ou os “*Hamburg Ports*” que eram vendidos a preços muito mais baixos que o genuíno vinho do Porto.

Vive-se por esta altura, na região, em condições de extrema pobreza, levando a que muitos durienses fossem obrigados a emigrar. O Douro passa a ser uma das principais preocupações do país, avizinhandos-se tempos difíceis para a região.

Do dia 10 de Maio de 1907, João Franco (1855-1929) assumiu um governo de ditadura, saindo nesse mesmo dia um decreto que voltaria a regulamentar toda a região, desde a produção e venda, às exportações e fiscalização dos vinhos. A região foi novamente demarcada, passando a abranger uma área de 600 mil hectares e passando a denominação de *Vinho do Porto* a ser exclusiva dos vinhos com um teor de álcool superior ou igual a 16,5°.

No ano seguinte, a 18 de Setembro, o governo do almirante Ferreira do Amaral (1844-1923) efectuava alterações ao decreto de João Franco. Passando a demarcação a ser feita em relação às freguesias, já que anteriormente esta tinha sido feita ao nível dos concelhos resultando numa área exagerada. A demarcação resultante apresentava uma área próxima da

actual. Foram também criadas diversas instituições que tinham como intuito ajudar na melhoria das condições da região.

Apesar dos esforços, as condições de vida na região continuavam péssimas. A dificuldade de escoamento dos vinhos e o aumento de impostos bem como dos produtos necessários para o tratamento das vinhas, não ajudaram a que a região apresentasse melhorias ao nível social, levando à emigração de um grande número de habitantes da região.

Apenas com o fim da Primeira Guerra Mundial é que o Douro voltou a apresentar algumas melhorias, mas apenas relativamente ao comércio, onde as exportações atingiram recordes, chegando às 100 mil pipas exportadas em 1925, valor que seria apenas superado na década de 1970. Porém, os produtores continuavam a passar por grandes dificuldades, sucedendo-se as manifestações, sendo estas cada vez mais frequentes e violentas.

A 28 de Maio de 1926 inicia-se o golpe de estado, que levaria ao poder a Ditadura Militar de Gomes da Costa (1863-1929). Com Felisberto Alves Pedrosa (1862-1937) à frente do Ministério da Agricultura, foram criadas algumas medidas para atenuar esses descontentamentos, como a criação do *Entrepasto em Vila Nova de Gaia*, por onde teria que passar toda a exportação a fim de ser fiscalizada. Em 1929 era também fundada a *Estação de Vitivinícola da Régua*, sendo também autorizada, pelo Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar (1889-1970), a contracção de empréstimos na *Caixa Nacional de Crédito* por parte dos viticultores, deixando como garantia os seus vinhos.

O início da *Grande Depressão de 1929*, não se reflectiu ao nível das exportações do vinho, apenas na diminuição dos valores pagos. Já junto dos viticultores a crise manifestou-se de forma mais agressiva, sendo pagos valores que não superariam os custos de produção. Toda esta crise junto do viticultores levou a mais manifestações e comícios, bem como à criação de um projecto intitulado *Lei de Salvação do Douro*. No ano de 1932 os *paladinos do Douro* apresentavam uma proposta a António Salazar, já Presidente do Conselho de Ministros, para a criação da *Casa do Douro*, que seria constituída por viticultores e comerciantes responsáveis pela exportação dos vinhos e com a finalidade de fiscalizar os vinhos, assim como regulamentar toda a produção da região. A *Casa do Douro* acabou por surgir a 18 de Novembro de 1932, mas longe do idealizado pelos paladinos.

Em 1933, são criados o *Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto*, que serviu como regulador e disciplinador das exportações e o *Instituto do Vinho do Porto* que era o representante do Estado na região, e ficava responsável por compatibilizar os interesses entre a produção e o comércio, bem como fiscalizar os vinhos, emitir certificados de origem e promover o vinho no estrangeiro.

Com o aparecimento da Segunda Guerra Mundial, as exportações caíram drasticamente, sendo que os principais mercados, Inglaterra e França, deixaram praticamente de importar vinho e houve mesmo quem deixasse de o importar por completo, casos de Noruega, Suécia, Alemanha e Holanda, registando-se em 1942 a exportação de apenas 12 mil pipas, sendo o pior registo deste a introdução das demarcações na região.

Com o fim da guerra, as exportações não retomaram tão rapidamente como se esperaria, levando o governo a tomar várias medidas para ajudar a região e principalmente os produtores. Uma dessas medidas passou por obrigar os exportadores a comprar uma parte dos vinhos que a *Casa do Douro* tinha armazenado, para esta poder auxiliar os produtores, comprando-lhes os seus vinhos. Outra das medidas foi apresentada em 1949 pela *Casa do Douro*, passando pela criação de adegas cooperativas para ajudar os pequenos e médios produtores. A *Adega Cooperativa de Mesão Frio*, inaugurada em 1950 foi a primeira da região, seguindo-se no ano seguinte a adega de Peso da Régua. A *Casa do Douro* elaborou então o “*Plano das adegas cooperativas para a Região Demarcada do Douro*” que acabou por ser aprovado em 1955, levando à expansão das adegas cooperativas na região.

A partir da década de 1960, a região do Douro entra num ciclo positivo. Até 1974 regista melhorias em relação às exportações, duplicando a quantidade de vinhos comercializados com o estrangeiro e triplicando o valor das exportações, dos 380 mil contos registados em 1960, passa-se para 1 milhão de contos em 1970. Estas melhorias também têm repercussões nos viticultores, passando a receber 5 vezes mais pela mesma quantidade de vinho produzido. O vinho engarrafado passa a ter um papel mais importante nas exportações passando de 6% no início da década de 1960, para 25% em 1974.

Apesar das melhorias registadas, a região do Douro sofreu uma grande perda populacional, registando nos censos de 1970 uma perda de cerca de 20% da população activa em relação a 1960, essa perda deveu-se à Guerra Colonial, à emigração e à fuga para os meios urbanos. Como resultado disso e do aumento dos salários, os viticultores procuraram alternativas. A introdução de sistemas mecânicos apresentou-se como uma alternativa viável, sobretudo em trabalhos mais duros fisicamente.

Após o 25 de Abril de 1974, surgiram algumas alterações em relação às entidades responsáveis pela região. O *Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto* era extinto, aparecendo, em Janeiro de 1975, a *Associação dos Exportadores do Vinho do Porto*. A *Casa do Douro* e o *Instituto do Vinho do Porto* mantiveram-se em funcionamento, sofrendo apenas algumas alterações nos seus poderes e nas suas funções.

É a partir desta altura que se dá uma grande alteração no comportamento dos exportadores e dos produtores. Os grandes exportadores passam a adquirir propriedades na Região Demarcada, passando assim a produzir o seu próprio vinho e a exportá-lo. Já alguns

produtores iniciam, em 1979, a venda directa dos seus vinhos, mas apenas em território nacional. Em 1986 é então autorizada a exportação directa de vinhos a partir das quintas, surgindo no mesmo ano a *Associação de Produtores Engarrafadores de Vinhos do Porto e Douro*, que tinha como principal objectivo a exportação dos vinhos.

Em 1995 surge a *Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD)* que passava a integrar, em número igual, representantes dos viticultores e do comércio. Com o aparecimento da CIRDD as outras instituições em funcionamento sofreram alterações nas suas funções. Acabando por, em Novembro de 2003, a CIRDD passar a integrar o *Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto*, passando a regulamentar a produção do vinho de mesa da região. A *Casa do Douro* continuou com as mesmas funções até aos dias de hoje.

Desde então a região do Douro continua a sua forte expansão, apresentando-se em constante crescimento, a produção tem-se alargado e as exportações aumentado, bem como os preços. Com a suspensão, em 1996, das exportações do vinho do Porto a granel, a imagem de qualidade do produto reforçou-se nos mercados externos.

Em Dezembro de 2001, a UNESCO atribuiu à Região Demarcada do Douro o estatuto de *Património da Humanidade*, na categoria de paisagem cultural, evolutiva viva. Contudo apenas uma fracção do território alcançou essa posição, originando assim o *Alto Douro Vinhateiro* que abrange parte da Região Demarcada, todavia a sua extensão possibilita uma compreensão clara de toda a diversidade que a paisagem Duriense apresenta.

4.2. Caracterização da Região Demarcada do Douro

“(…) Basta olhá-lo do miradoiro de S. Brás, de S. Domingos da Queimada, de S. Leonardo de Galafura, do alto da quinta das Carvalhas, de Vilarinho de Cotas ou de S. Salvador do Mundo. Só quem não tiver sensibilidade e humanidade dentro de si é que ficará indiferente à beleza de panoramas sem comparação possível e à grandeza de um esforço incansável e criativo que os cultiva e arquitecta jardins suspensos na mais agreste paisagem de Portugal.”²⁸

Nesta secção iremos apresentar algumas das características mais determinantes para a compreensão do fenómeno que é a região do Douro.

4.2.1. Síntese Geográfica

A região produtora de vinhos do Douro e do Porto situa-se no nordeste do território português e é uma das treze regiões vinícolas existentes em Portugal. A região demarcada engloba 4 distritos: Viseu, Vila Real, Guarda e Bragança, que se dividem em 21 concelhos (Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Alijó, Murça e Sabrosa pertencentes ao Distrito de Vila Real; Alfândega da Fé, Carraceda de Ansiães, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Torre

²⁸ Miguel Torga in *Diário - Vols. XIII a XVI*. Lisboa, 2011, p.60.

de Moncorvo, Vila Flor e Miranda do distrito de Bragança; Armamar, Lamego, São João da Pesqueira, Tabuaço e Resende do distrito de Viseu e do distrito da Guarda fazem parte Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda) perfazendo uma área total de aproximadamente 250 mil hectares.

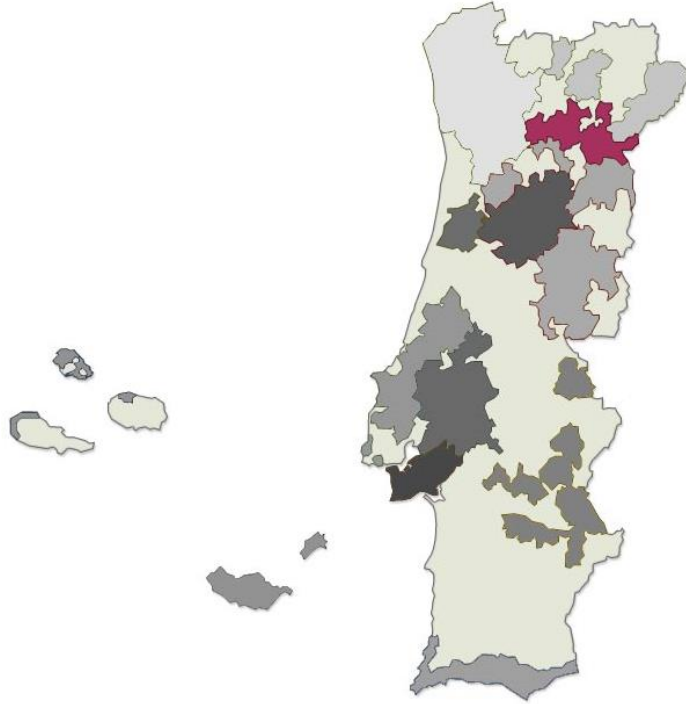


Figura 4.1. Região Demarcada do Douro no território nacional.

A Região Demarcada do Douro é subdividida em três regiões: Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior, profundamente diferentes entre si, resultado do faseamento da expansão territorial, sendo o Baixo Corgo a sub-região mais antiga e o Douro Superior a mais recente.

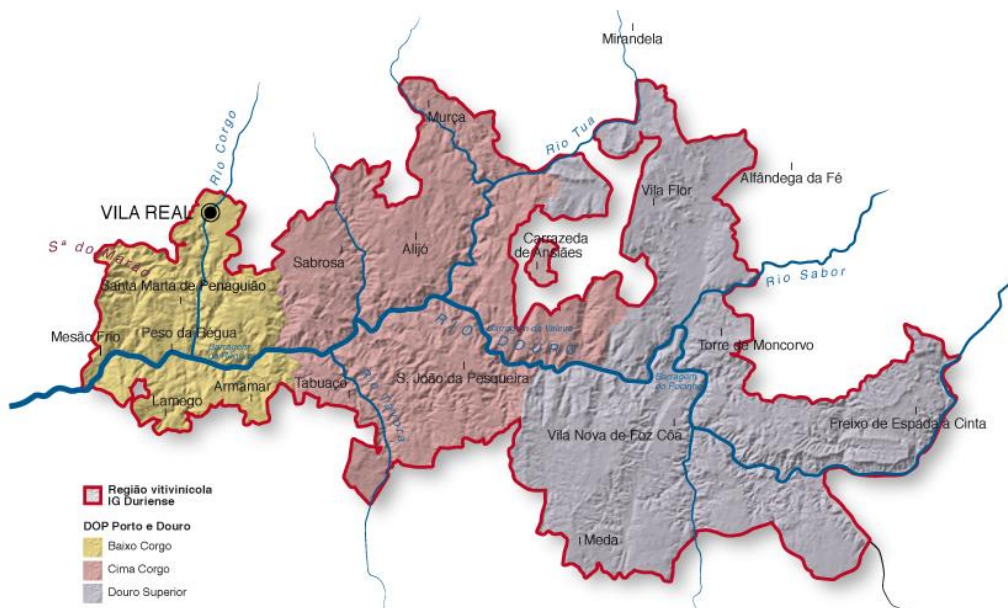


Figura 4.2. Região Demarcada do Douro e as suas sub-regiões.

Relativamente à ocupação territorial, dos 250 mil hectares correspondentes à Região Demarcada, apenas 45.613 hectares são ocupados por vinhas resultando numa ocupação efectiva de 18,2% da área total.

Sub-Região	Área Total	Percentagem	Área com Vinha	P. da Área Total
Baixo Corgo	45 000 ha	18%	14 501 ha	32,2%
Cima Corgo	95 000 ha	38%	20 915 ha	22 %
Douro Superior	110 000 ha	44%	10 197 ha	9,3%
Total	250 000 ha	-	45 613 ha	18,2%

Tabela 4.1. Ocupação territorial na Região Demarcada do Douro.

A tabela anterior apresenta-nos valores que auxiliam na assimilação da organização do território duriense. Sendo possível concluir que o Baixo Corgo detém a maior densidade de ocupação de vinha. Em contrapartida, o Cima Corgo, por si só, sustenta praticamente metade da área de vinha da Região Demarcada.

Quando em 2001, a UNESCO distinguiu a região como *Património da Humanidade* emergiu o *Alto Douro Vinhateiro* que abarca 24.600 hectares dos 250 mil hectares que a Região Demarcada possui e representativa das três sub-regiões, o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior.

De forma a preservar, ministrar e promover o *Alto Douro Vinhateiro* foi criado pelo governo central um *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território* (PIOT) que serviria de articulador entre os 13 concelhos pelos quais se estende o *Alto Douro Vinhateiro* e tendo como principais objectivos: “ (...) *definição de uma estratégia intermunicipal para a salvaguarda e gestão da paisagem cultural, articulação com outros planos e programas de interesse local, regional e nacional, análise das redes intermunicipais de estruturação do território com as componentes de povoamento, infra-estruturas, transportes e equipamentos e, análise das actividades económicas e sua incidência na dinâmica económica, social e ambiental.*”²⁹

4.3. A arquitectura rural duriense

Após uma breve análise à arquitectura na Região Demarcada do Douro, constatou-se ser essencial falar dela nesta dissertação. Após a realização de uma breve pesquisa deparámo-nos com a inexistência de um termo representativo dessa arquitectura, a arquitectura rural duriense. Este termo é apresentado por Natália Fauvrelle (n.d.) que constata “o valor patrimonial da arquitectura rural duriense que, sem ser monumental ou obra de arquitecto, apresenta “qualidades funcionais e valores pitorescos, etnográficos e até técnicos,

²⁹ A.A.V.V. in *Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão - Estudos de Caracterização - Introdução e Enquadramento*. Aveiro, 2004, p.37.

mostrando-nos por vezes perfeitas adaptações aos sítios e às funções, o que a aproximam, bem mais, da poética do habitar do que tanta outra construção que hoje se faz pelas nossas aldeias”³⁰. ”³¹

A quinta é um elemento marcante da paisagem da Região Demarcada do Douro, sendo com base nesta que iremos apresentar a arquitectura rural duriense.

4.3.1. A Quinta

Muitas das quintas da Região Demarcada do Douro apresentam-se como pequenas aldeias, sendo possível encontrar casas de habitação e edifícios destinados às mais variadas actividades relacionadas com o cultivo da vinha. A quinta “(...) *nasce de acordo com objectivos muito concretos, sendo a casa uma arquitectura de habitar, o lagar e a adega uma arquitectura de produzir e o jardim e as vinhas uma arquitectura da paisagem.*”³² A divisão feita pareceu-nos oportuna, distinguindo os três tipos de arquitectura possíveis de encontrar numa quinta, desta forma iremos ter em atenção esta divisão para a elaboração da secção dedicada à arquitectura rural duriense.

4.3.2. Arquitectura de habitação

Na arquitectura de habitação iremos abordar a *casa do proprietário* da quinta e perceber a sua importância social, a *casa dos caseiros* destinada a abrigar a pessoa responsável pela quinta e trabalhos de lavoura e os *cardenhos*³³, destinados aos trabalhadores temporários.

Casa do proprietário

A casa do proprietário assume-se como o edifício de maior valor das quintas durienses, nem sempre presente, existem quintas apenas destinadas à produção de vinho, não contendo assim habitações. Os grandes proprietários de quintas, por norma, viviam na cidade do Porto, deixando assim a casa desabitada por um longo período do ano, sendo apenas usada nas vindimas ou em período de férias. A casa do proprietário assumia-se como um símbolo de poder e grandeza, daí os investimentos avultados feitos em torno destas.

As casas eram construídas e idealizadas pelo proprietário em conjunto com o mestre de obra, não existindo a presença de um arquitecto e de um projecto previamente pensado. Geralmente localizava-se no ponto mais alto da quinta ou de maior realce, assumindo um lugar estratégico na quinta, onde a partir desta seria possível observar toda a propriedade.

Tipologicamente, as casas eram extremamente simples, norma geral apresentando um corredor central, sendo este o elemento de distribuição espacial da casa, dando acesso à

³⁰ Carlos Almeida in *Património - Riegl e hoje*. Porto, 1993, p.410.

³¹ Natália Fauvrelle in *Quintas do Douro - As arquitecturas do vinho do Porto*. Porto, 1999, p.47.

³² Id. *Ibid.*, p.25.

³³ Nome dado na região do Douro às construções destinadas a albergar os trabalhadores

cozinha, sala, quartos e casa de banho quando existente. Por norma as quintas possuíam duas cozinhas, a da casa principal e uma destinada aos trabalhadores, num edifício independente. Exteriormente as casas detinham dois, surgindo mais tarde exemplos de casas com 3 pisos, onde a fachada principal era virada para um pátio, elemento que assegurava a distribuição entre os diversos edifícios.

Algumas quintas apresentam capelas, que começaram a surgir por volta do séc. XVI e eram um símbolo da devoção dos proprietários. Podendo ser encontrada como um aumento da casa principal, existindo comunicação entre estas, ou surgir como um edifício isolado. A construção das capelas era também visto como um sinal do poderio económico dos detentores da quinta, sendo necessário despender somas avultadas na sua construção e no mobiliário.

Casa do Caseiro

A casa do caseiro, destinada a albergar o caseiro e a sua família que permaneciam na quinta o ano todo, sendo da sua responsabilidade organizar e executar os trabalhos de lavoura. A casa situava-se próxima da casa principal voltada também para o pátio. Esta era uma casa tipicamente rural, com um a dois pisos e no interior existiam apenas as divisões necessárias.

Cardenhos

Os cardenhos são as construções destinadas a acomodar aos jornaleiros que se deslocavam de aldeias vizinhas e da Galiza, de forma a aqui pernoitarem. Com o aumento da maquinaria, para a realização das tarefas mais duras fisicamente e a melhoria dos meios de transporte, os cardenhos caíram em desuso, sendo pouco utilizados nos dias de hoje. Os cardenhos são construções de um piso apenas e de condições precárias, existindo um para os homens e outro para as mulheres. O Visconde de Vila Maior (1809-1884) afirma mesmo: *“Não oferecerem senão um triste abrigo para os trabalhadores pernoitarem, e são completamente destituídos das commodidades mais rudimentares.”*³⁴

4.3.3. Arquitectura de produção

De seguida iremos falar da arquitectura de produção, esta compõe todos os edifícios da quinta que têm como principal função o apoio à actividade vinícola. Alguns destes edifícios estão a sofrer alterações profundas e muitos deles estão mesmo destruídos, fruto da evolução da produção dos vinhos que tornam estas instalações arcaicas, contudo será de extrema importância a sua preservação pelo seu valor histórico para a Região Demarcada do Douro.

³⁴ Visconde de Vila Maior in *O Douro Ilustrado*. Porto, 1876, p.118.

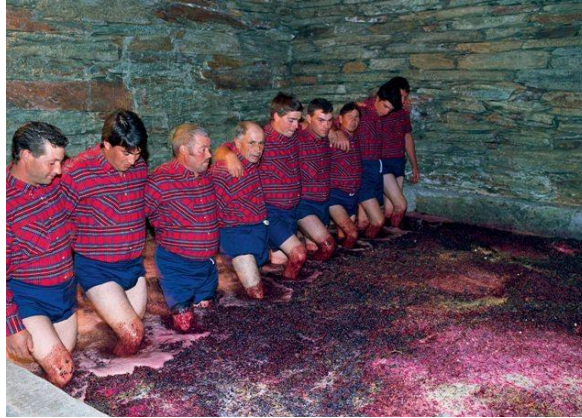


Figura 4.3. Pisa realizada nos lagares da Quinta dos Malvedos.

Lagares

Os lagares constituem um dos elementos mais importantes da vinicultura duriense, é neles que se dá a transformação da uva em vinho, através da pisa. Estes situavam-se geralmente num edifício contíguo à casa principal, elevados em relação ao piso térreo da mesma, possibilitando assim o escoamento do vinho para dentro da adega por acção da gravidade. Eram feitos de pedra ou madeira. Os lagares de madeira eram de difícil manutenção requerendo atenções especiais, já os lagares de pedra, granito na maioria das vezes ou xisto, era de mais fácil manutenção, sendo por isso os preferidos pelos vinicultores.

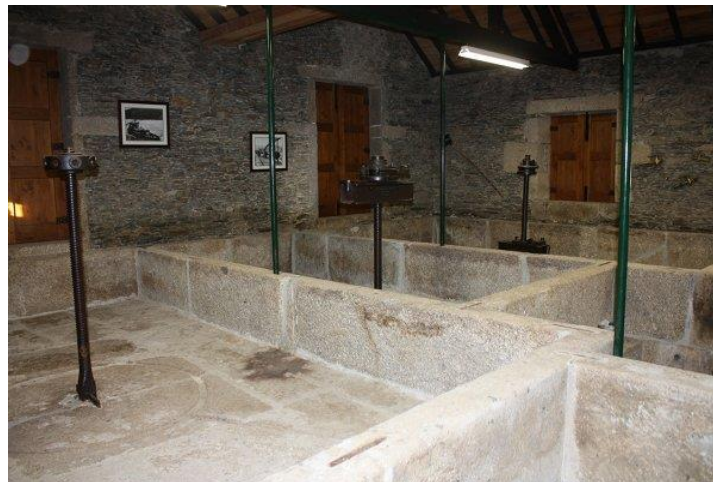


Figura 4.4. Lagares da Quinta de Vila Maior.

Adega

A adega encontrava-se regra geral, no piso térreo da habitação principal, o vinho era transportado em caleiras de granito dos lagares até aos tonéis. A entrada da adega era geralmente virada a norte, evitando assim a exposição solar que danifica os vinhos. O mesmo acontece com as janelas, que eram tapadas pelo interior com madeira, deixando apenas entrar uma luz difusa. O pé direito da adega era superior ao dos lagares, de forma a proporcionar um maior arejamento dos vinhos. O chão poderia ser de areão ou em calçada, já

que os tonéis e as cubas não assentavam directamente sobre este, existindo *canteiros*³⁵ de pedra ou madeira, que os elevavam de forma a não apodrecerem por se encontrarem em contacto com o solo.

Mais tarde, deu-se a autonomização destes dois espaços, constituindo-se num só edifício independente da casa principal. Esta separação terá ocorrido devido ao aumento da produção vinícola, sendo necessário um espaço de maiores dimensões para produzir e armazenar os vinhos.



Figura 4.5. Adega da Quinta do Vale Meão.

4.3.4. Arquitectura paisagística

A paisagem produzida pelas videiras é um marco da Região Demarcada do Douro. Esta paisagem representa toda a evolução do cultivo da vinha e a capacidade e agilidade que o Homem teve para conseguir transformá-la no que vemos hoje. O que talvez poucos sabem é que a própria vinha conta a evolução do seu cultivo, sendo possível observar diferentes maneiras de armação do terreno, não por mero acaso mas antes por questões que iremos apresentar de seguida.

³⁵ Estrutura em madeira ou pedra que evita o contacto directo dos tonéis e das cubas com o chão.

Armação do terreno

A armação do terreno na Região Demarcada do Douro apresenta-se de duas formas distintas, uma mais tradicional, manual ou com auxílio de animais, que inclui os calços pré-filoxera e os terraços pós-filoxera que continuaram a ser construídos até à década de 1970. A principal característica destas armações são os muros de suporte feitos de xisto. A outra forma de armar o terreno é mais mecanizada, surgindo a vinha em patamares com talude em terra e a vinha ao alto.

Pré-filoxera

Antes do ataque da filoxera, a forma de armação do terreno na Região Demarcada do Douro era em calços. Consistiam na construção de muros baixos em xisto que acompanhavam o contorno do terreno. As videiras eram implantadas, numa fiada ou por vezes em duas, nos terraços resultantes. Esses eram direitos, não apresentando qualquer inclinação. As videiras eram conduzidas individualmente, através de uma estaca de madeira.



Figura 4.6. Vinha em calços pré-filoxera na Quinta do Caêdo.

Com a morte de muitas das videiras, provocadas pela filoxera³⁶, a maioria dos calços foi abandonada, reaparecendo a vegetação característica da região, estes antigos calços passam então a designar-se por mortórios.

Pós-filoxera

Após a grande devastação que a filoxera provocou nas vinhas do Douro, os vinicultores adaptaram uma nova forma de armar o terreno. Os terraços apresentavam dimensões

³⁶ Insecto de pequena dimensão, originário dos Estados Unidos, que se alimenta exclusivamente de seiva das vinhas, levando à sua morte.

maiores, sendo inclinados acompanhando o declive natural do terreno e os muros de suporte passaram a apresentar uma altura superior à registada anteriormente, era então possível plantar um maior número de fiadas de vinha. Contudo este sistema apresenta-se dispendioso, não possibilitando a utilização de máquinas para os trabalhos agrícolas requer assim um grande número de trabalhadores para efectuar as vindimas e para conservar e restaurar os muros de suporte.



Figura 4.7. Vinha em terraços pós-filoxera na Quinta do Noval.

Patamares

Com o aumento da escassez de mão-de-obra e por consequência do seu custo, foram a partir da década de 1970, implantadas novas formas de armação do terreno que permitiam a mecanização das vinhas, deixando assim de ser necessário um tão grande número de trabalhadores. Em resultado disso, surgem as vinhas em patamares e ao alto, da qual iremos falar mais à frente. As vinhas em patamares consistiam na preparação das encostas em patamares até 4 metros de largura, que eram divididos por taludes construídos em terra, possibilitando assim a implantação de 2 bardos de videiras. O acesso aos patamares era assegurado por um conjunto de caminhos, possibilitando assim acesso a tractores.



Figura 4.8. Vinha em patamares na Quinta do Vau.

Vinha ao alto

Por último iremos falar da vinha ao alto, esta forma de armação do terreno apresenta os bardos das videiras seguindo o maior declive do terreno, sendo interceptados por caminhos de serviço que possibilitam o deslocamento de tractores e pessoas.



Figura 4.9. Vinha ao alto na Quinta de Terra Feita.

É possível observar a evolução do próprio cultivo das vinhas e o modo como estas retratam as alterações sociais e económicas que as populações da região enfrentaram e enfrentam.



Figura 4.10. Os quatro tipos de armação conjugados na mesma paisagem.

Materiais

Os materiais mais usados na região do douro para a construção são os seguintes: a pedra, quase sempre o xisto, e o granito. O xisto era usado para praticamente tudo, desde os muros de suporte das vinhas, às paredes dos edifícios. O granito era utilizado principalmente nos pontos mais sensíveis das habitações, como os cunhais e as padieiras ou como elemento decorativo, para a elaboração dos brasões de armas das famílias mais influentes. A madeira surgia como outro dos materiais essenciais na construção de edifícios, usada na estrutura do

telhado, no forro do tecto e no madeiramento entre os pisos, levando posteriormente o soalho de madeira.

5. Casos de Estudo

Os casos de estudo foram seleccionados tendo em conta a sua importância no contexto da arquitectura em regiões vinícolas, sendo obras de grande valor arquitectónico e servindo de referência para a elaboração da nossa proposta.

O primeiro caso de estudo a ser apresentado será a Adega e *Wine House* da Quinta do Vallado, projectos da autoria do arquitecto Francisco Vieira de Campos. A escolha deste projecto prende-se com a grande proximidade geográfica deste com o local escolhido por nós para a elaboração da proposta, apresentando-se como uma obra de referência no enoturismo nacional e internacional.

De seguida, iremos falar do Armazém de Estágio e Envelhecimento de Vinhos da Quinta do Portal, do arquitecto Álvaro Siza Vieira. Apesar de este projecto não apresentar nenhuma unidade hoteleira, pareceu-nos pertinente analisar as soluções arquitectónicas apresentadas por um dos grandes nomes da arquitectura portuguesa para a implantação de um edifício numa região tão característica como a região do Douro.

No que diz respeito à Adega Mayor, também da autoria do arquitecto Álvaro Siza Vieira, servirá para analisar a diferença nas soluções apresentadas para duas realidades distintas.

Por último, analisaremos a *Guest House* Da quinta de Lemos, projecto do arquitecto José Manuel Carvalho Araújo, que surge como um projecto de pequena escala, à imagem do que pretendemos fazer, em relação aos anteriores.

5.1. Quinta do Vallado

A Quinta do Vallado encontra-se situada na margem norte do rio Douro, na freguesia de Vilarinho dos Freires, encontrando-se a cerca de 5 km da capital do concelho, a cidade de Peso da Régua.

A Quinta do Vallado apresenta-se como uma das quintas mais antigas da Região Demarcada, tendo pertencido a Dona Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896), uma das maiores proprietárias da região. Inicialmente, a quinta destinava-se à produção de vinho do Porto, que era comercializado pela *Casa Ferreira*, que pertencia igualmente a Dona Antónia. Em 1993, a Quinta do Vallado optou por alargar a sua actividade à produção, engarrafamento e comercialização em nome próprio, distanciando-se assim da *Casa Ferreira*. Levando a uma reestruturação das vinhas existentes na propriedade. Hoje a quinta encontra-se sobe a alçada dos tetranetos de D. Antónia.



Figura 5.1. Vista geral da Quinta do Vallado (À esquerda a *Wine House* e na direita a Adega).

Dada a grande expansão da produção vinícola da Quinta, surgiu a necessidade de expandir a sua área de produção, iniciando-se contactos entre os responsáveis da quinta e o arquitecto Francisco Vieira de Campos. A prioridade do projecto passava por assegurar a preservação dos edifícios existentes, complementando-os com a inclusão de novos elementos que assegurassem uma harmonização do conjunto com a paisagem circundante e que assegurasse o funcionamento do processo de transformação pela acção da gravidade. A sua construção inicia-se em 2008.

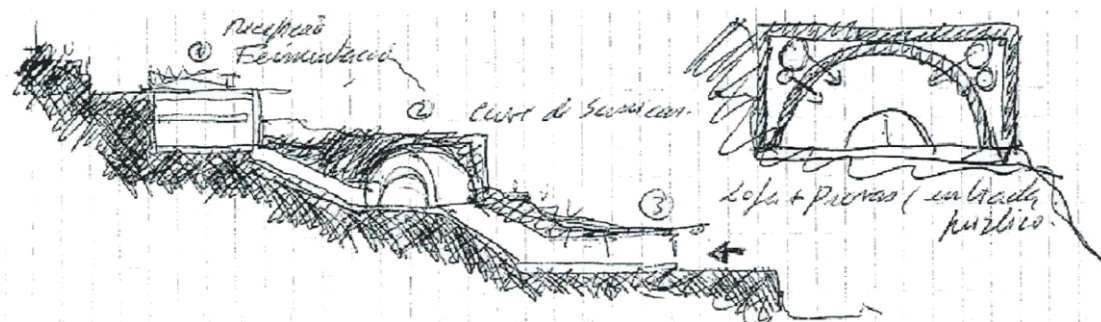


Figura 5.2. Esquema explicativo do funcionamento da adega.

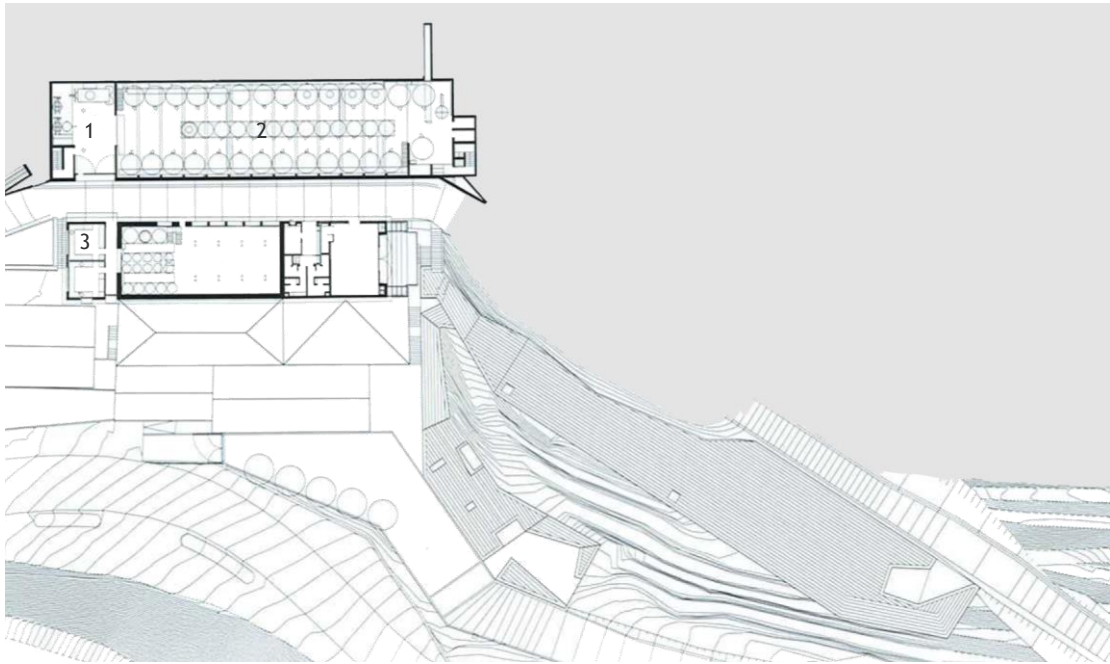


Figura 5.3. Planta à cota superior (Desenho sem escala).

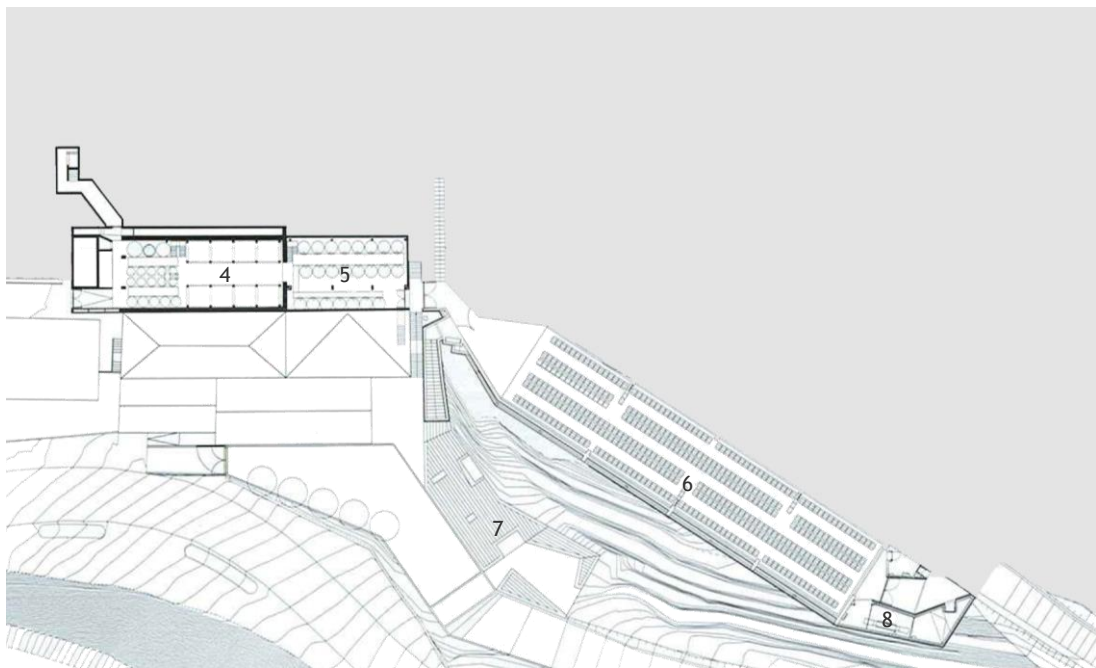


Figura 5.4. Planta à cota inferior (Desenho sem escala).

Legenda: 1. Recepção das uvas tintas e prensagem; 2. Fermentação dos vinhos tintos; 3. Laboratório; 4. Área de prensagem das uvas brancas; 5. Fermentação dos vinhos brancos; 6. Armazém de barricas; 7. Recepção, loja e provas; 8. Lavagem de barris.

Como é possível observar pela planta da figura 5.3. a recepção e fermentação das uvas que originaram os vinhos tintos processa-se a uma cota superior em relação à área de

armazenamento, possibilitando que através da acção da gravidade o vinho seja armazenado, não sendo necessário recorrer a processos mecanizados.



Figura 5.5. Vista geral da zona de produção.

A recepção dos visitantes acontece à cota inferior do conjunto de edifícios, neste mesmo local existe um espaço dedicado à compra de produtos e à prova dos vinhos. A decoração é assegurada apenas pela presença de bancos e mesas de madeira e uma parede que serve de expositora de vinhos.

Ao fundo do espaço de recepção, surge uma escadaria que guia os visitantes até ao armazém de barricas, ex-libris de todo o conjunto arquitectónico. Com um espaço interior abobadado em betão, relembra adegas antigas e um conjunto de três arcos desfasados, resultando num espaço acolhedor e carismático. Pelo exterior o armazém das barricas apresenta uma forma paralelepípedica, resultando num espaço vazio entre o interior e o exterior, usado para a passagem das infra-estruturas necessárias. O volume é revestido a ardósia, surgindo como um socalco típico da região, ficando parte em consola e assumindo a sua artificialidade sem com isso perder a sua relação com o meio envolvente, criando um diálogo entre o objecto arquitectónico e a paisagem.

Na cota mais alta encontra-se o edifício de fermentação com cobertura acessível, sendo a partir desta que se inicia o processo de fabrico do vinho. No seu interior encontram-se as enormes cubas em aço inoxidável onde as uvas, já prensadas, começam o processo de fermentação. À imagem dos anteriores, este edifício encontra-se revestido a ardósia. Num dos edifícios existentes encontram-se os equipamentos dedicados à produção do vinho branco e os antigos lagares da quinta. A intervenção foi concluída em 2010.



Figura 5.6. Interior do armazém de barricas.



Figura 5.7. Exterior do armazém das barricas.



Figura 5.8. Interior da recepção.

Concluído o projecto da adega, foi pedido ao arquitecto Francisco Vieira de Campos que projecta-se uma nova unidade hoteleira para a Quinta do Vallado. Esta possuía já, desde 2005, 5 quartos na antiga residência de Dona Antónia. Contudo pretendeu-se expandir a capacidade hoteleira da Quinta. Assim, Vieira de Campos projectou uma nova unidade hoteleira com 8 quartos situada na proximidade da unidade existente.

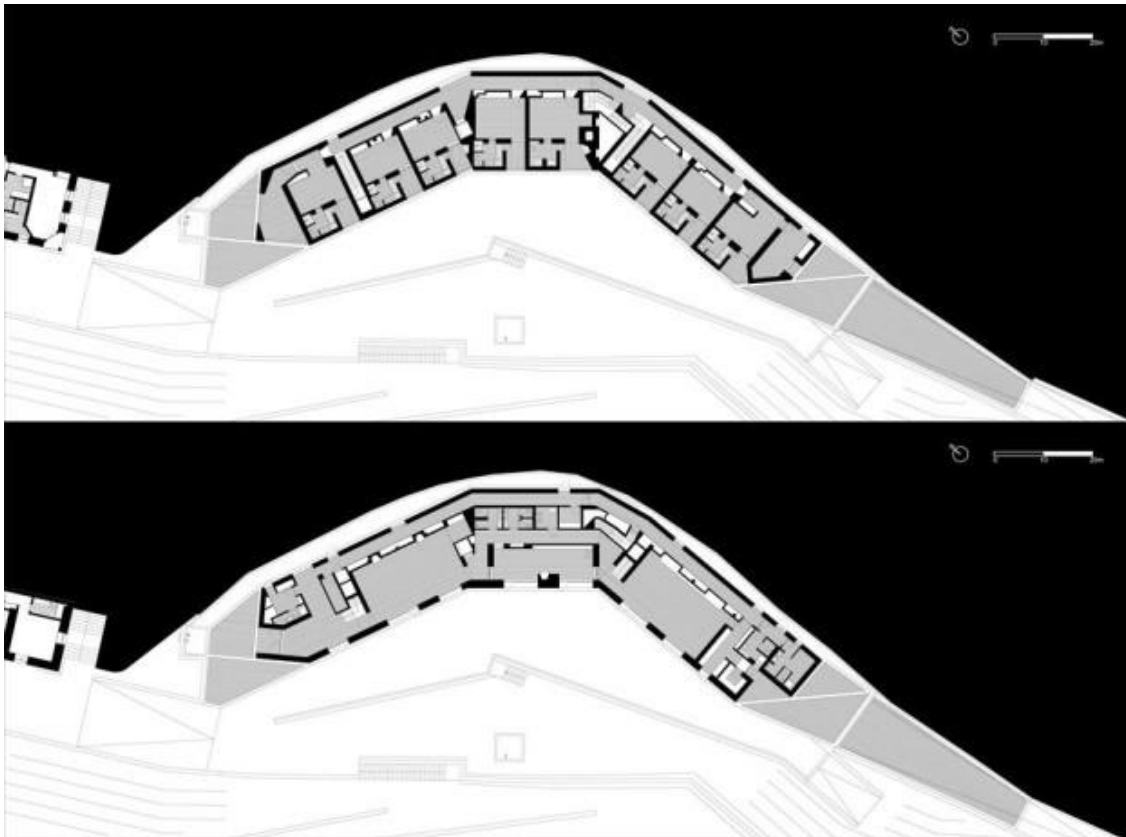


Figura 5.9. Plantas do *Wine Hotel*.

A unidade hoteleira encontra-se implantada na frente de um enorme muro de suporte, de forma curva que leva à residência principal da quinta. A solução encontrada por Vieira de Campos foi dividir o edifício em três alas, conseguindo assim dissimular o muro e implantar o novo edifício mais perto deste, criando assim uma tensão entre o pré-existente e o novo. No piso de entrada encontram-se os serviços, uma biblioteca e o espaço de refeições. No piso superior situam-se os quartos divididos pelas três alas, sendo que dos 8 quartos, os dois das extremidades do edifício são *suites*. O interior apresenta madeira de pinho e carvalho, que proporcionam uma maior sensação de conforto, a ardósia surge igualmente como um elemento abundante. Exteriormente o edifício apresenta uma linguagem similar à intervenção anterior, sendo que o revestimento em ardósia possibilita uma maior integração do objecto arquitectónico no meio envolvente.



Figura 5.10. Vista interior - Biblioteca.



Figura 5.11. Vista Exterior da unidade hoteleira.

5.2. Quinta do Portal

A Quinta do Portal situa-se em Celeirós, concelho de Sabrosa, distando aproximadamente 25 km da capital de distrito, a cidade de Vila Real.

Apesar de a família proprietária da Quinta do Portal se encontrar envolvida na produção de vinhos desde 1881, com a Quinta dos Muros, apenas em 1994 surgem os vinhos da Quinta do Portal, fruto da aquisição de duas quintas no concelho de Sabrosa, originando assim uma maior produção de matéria-prima, iniciando o engarrafamento e comercialização dos seus próprios vinhos.

Surgiu a necessidade de aumentar a capacidade de armazenamento da Quinta, encomendando ao arquitecto Álvaro Siza Vieira o projecto para o novo Armazém de Estágio e Envelhecimento de Vinhos, dando-se início à sua construção em 2005.



Figura 5.12. Vista geral do Armazém de Estágio e Envelhecimento da Quinta do Portal.

O resultado apresentado é um edifício de formas simples, em consequência da sua função, encontrando-se integrado na envolvente, através da utilização de materiais de revestimento como o xisto e a cortiça, insinuando que o volume superior, de cor terracota e forma mais elaborada, se encontra assente num talude natural.

O edifício é constituído por 3 pisos, os dois inferiores dedicados ao armazenamento dos vinhos e o superior para actividades mais sociais e dedicadas aos visitantes. Uma das exigências do programa era a existência de duas áreas de armazenamento, dadas as diferentes necessidades de que os vinhos do Porto e tintos apresentam. O piso inferior encontra-se enterrado,

possibilitando assim temperaturas mais baixas e maiores percentagens de humidade, reunindo as condições ideais para o estágio dos vinhos tintos. Este piso encontra-se ainda equipado com pulverizadores, possibilitando baixar a temperatura e aumentar o nível de humidade caso seja necessário. No piso intermédio encontra-se o acesso dos visitantes ao edifício, que se encontra marcado, pelo exterior, por uma pala, assinalando a sua localização. O armazém do Vinho do Porto aparece no mesmo piso, não necessitando de temperaturas tão baixas como o vinho tinto. O piso superior contém um auditório e possibilita o acesso à cobertura que permite uma vista panorâmica sobre as vinhas da Quinta e é aqui que Siza Vieira implanta um portal, o elemento que dá nome à Quinta. Na cobertura, Siza Vieira cria com um muro em curva, um momento de tensão no percurso, com a passagem do portal acede-se a um espaço amplo que possibilita usufruir de todo o esplendor da paisagem.

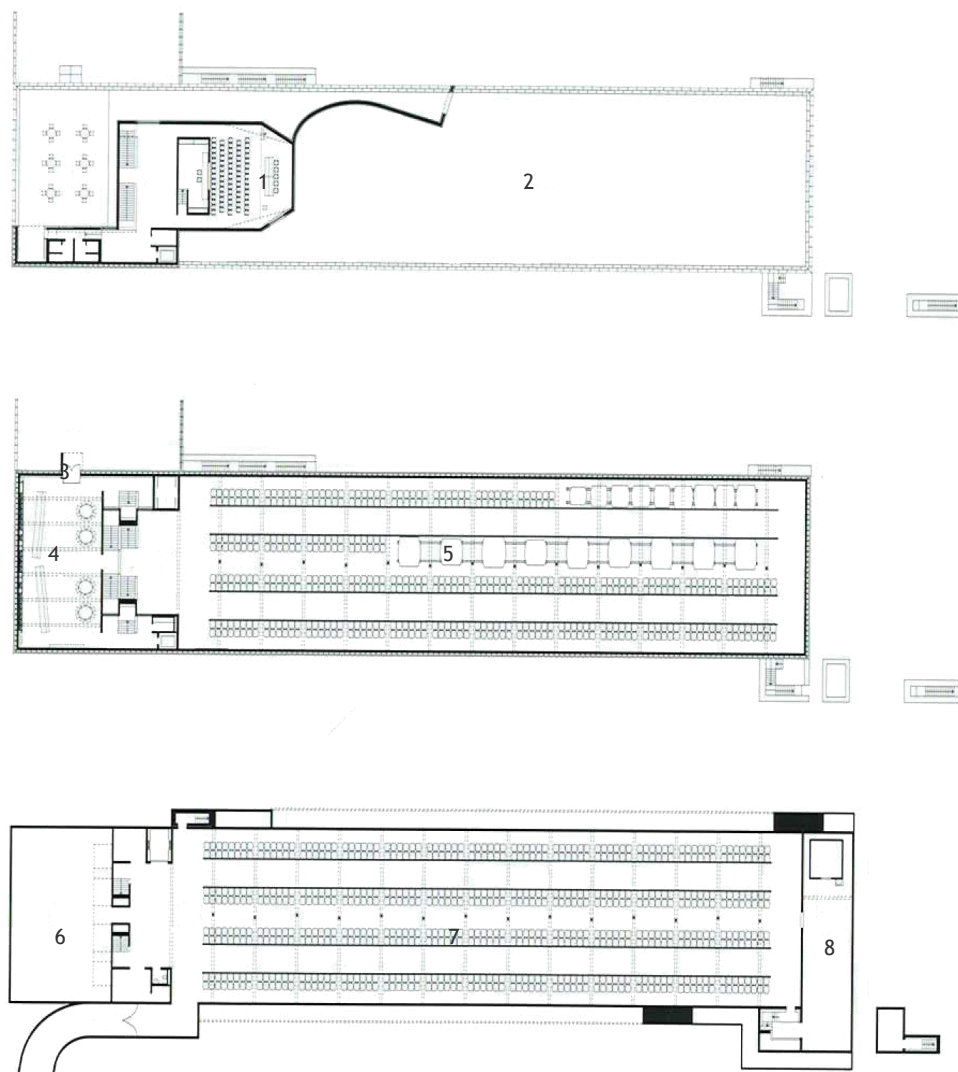


Figura 5.13. Plantas do Armazém da Quinta do Portal.

Legenda: 1. Auditório; 2. Cobertura acessível; 3. Acesso principal; 4. Zona de provas; 5. Armazém do vinho do Porto; 6. Depósito de garrafas; 7. Armazém dos vinhos tintos; 8. Sala das máquinas.

Estruturalmente o edifício apresenta uma composição mista, constituído por pilares e vigas de aço e lajes e paredes exteriores em betão, visível na parte interior do edifício. Um dos elementos mais emblemáticos deste projecto é a sua escadaria, que possibilita aos visitantes percorrerem os diferentes pisos do edifício. Construída toda em betão, assemelha-se a uma escada palaciana carregada de simplicidade e contemporaneidade.



Figura 5.14. Escadaria interior.



Figura 5.15. Cobertura acessível com o portal e o auditório.

5.3. Adega Mayor

A Adega Mayor encontra-se situada na Herdade das Argamassas, freguesia de Degolados, concelho de Campo Maior e é propriedade do Comendador Rui Nabeiro, proprietário da *Delta Cafés*.

Rui Nabeiro iniciou-se na actividade vinícola em 1997, dando-se a plantação das primeiras vinhas na Herdade da Godinha, a cerca de 10 km da Herdade das Argamassas, onde estas foram plantadas no ano de 2000. Com o crescente número de vinhas e de vinho produzido, houve a necessidade de construir uma adega capaz de albergar toda a produção e ao mesmo tempo ser um símbolo da excelência dos vinhos por ele produzidos.

O convite é feito naturalmente ao seu amigo de longa data, o arquitecto Siza Vieira, que já anteriormente tinha elaborado uma chávina de café para a *Delta*, esboçando os primeiros esquissos em 2005, sugerindo um edifício funcional, de linhas simples e puras.

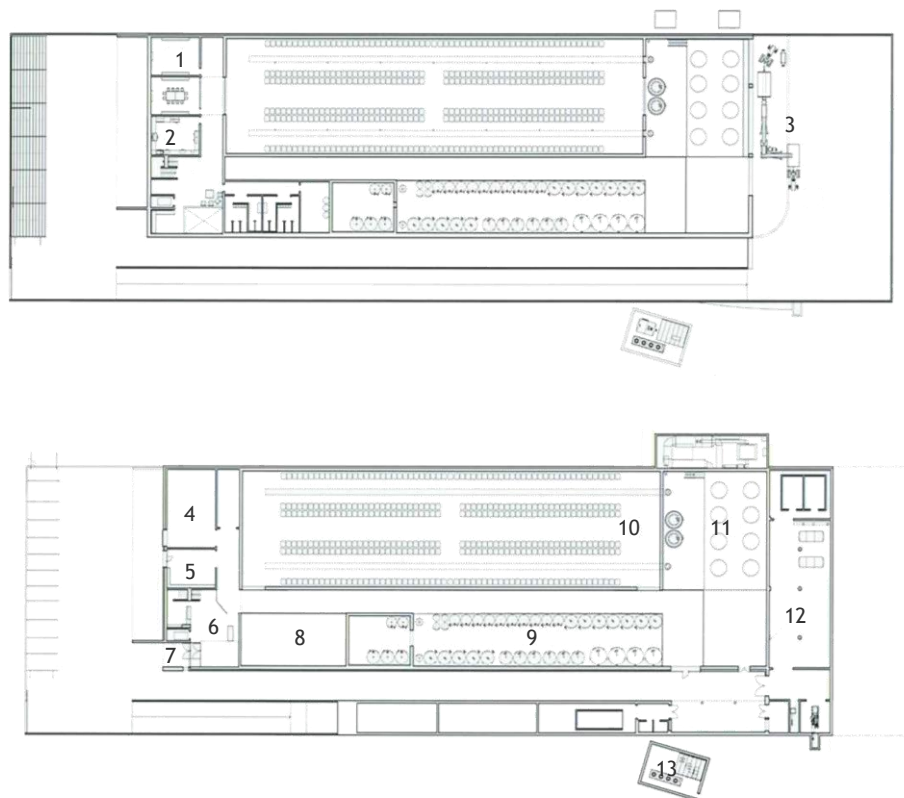


Figura 5.16. Plantas da Adega Mayor.

Legenda: 1. Administração; 2. Laboratório; 3. Recepção das uvas; 4. Depósito de vinhos engarrafados; 5. Loja; 6. Recepção; 7. Acesso principal; 8. Área de engarrafamento; 9. Fermentação dos vinhos brancos; 10. Armazém das barricas; 11. Fermentação dos vinhos tintos; 12. Armazém; 13. Sala das máquinas.

A nova adega é implantada nas proximidades do complexo industrial detido por Rui Nabeiro, num aterro usado como depósito de entulho, que se encontra no topo de uma pequena colina. Assim, quem chega ao complexo da *Delta* consegue visualizar, numa posição dominante face ao verde das vinhas, um longo edifício branco, típico da casa alentejana que possibilita a reflexão do Sol, evitando um maior aquecimento do edifício, de fachadas praticamente cegas assumindo uma linguagem minimalista.



Figura 5.17. Vista geral da Adega Mayor.

O edifício encontra-se dividido em três partes distintas. A primeira parte, constituída por três pisos é a mais social do edifício, onde se dá a chegada dos visitantes e o acesso ao interior, marcado com uma pala. O acesso dá directamente para a recepção que se apresenta com um chão em mármore bege e paredes brancas, transmitindo uma sensação de frescura a quem aqui chega. É ainda possível encontrar uma loja, onde são comercializados os vinhos, assim como azeite e algumas lembranças, assim como um espaço dedicado ao armazenamento de vinhos engarrafados, prontos a serem apreciados. O acesso ao piso superior dá-se pela recepção, neste deparamo-nos com a zona administrativa da adega, existindo um gabinete, uma sala de reuniões e um laboratório para análise aos vinhos. No terceiro e último piso, existe uma sala de provas e é possível aceder à cobertura ajardinada da adega, possibilitando uma visão geral de toda a quinta.

A parte central encontra-se dividida por um corredor longitudinal que assegura a distribuição para a área de armazenagem das barricas e o espaço de engarrafamento e de fermentação dos vinhos brancos, este sector é todo em betão à vista.

Por último, surge a zona de recepção das uvas e o espaço dedicado à fermentação dos vinhos tintos. Este sector funciona por gravidade, já que a recepção das uvas se dá num piso, caindo estas de seguida para o piso inferior.

São notórias as semelhanças entre os projectos da Adega Mayor e da Quinta do Portal, onde é possível observar o mesmo tipo de solução para as coberturas, seguindo a mesma poética ou a adaptação de cores enquadráveis com as diferentes realidades dos projectos. Cores e materiais mais serenos na região do Douro e o branco característico da região alentejana.



Figura 5.18. Armazém das barricas da Adega Mayor.



Figura 5.19. Acesso principal e rampa de acesso à zona de recepção das uvas.

5.4. Quinta de Lemos

Localizada no coração da região demarcada do Dão, na freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu, a história da Quinta de Lemos inicia-se em meados da década de 1990, quando Celso de Lemos, um dos maiores industriais da região, adquire uma pequena propriedade para dar início a um sonho antigo: produzir um vinho de excelência.

Mais recentemente, foi pedido ao arquitecto José Carvalho Araújo a elaboração de uma *Guest House*, para receber e hospedar clientes importantes, contando com um restaurante e um espaço dedicado a exposições.



Figura 5.20. Implantação da *Guest House* da Quinta de Lemos.

Como é possível observar pela figura anterior (Fig. 5.654.) o objecto arquitectónico surge no seguimento de um percurso, que passa pela zona que produção da quinta e que se prolonga pela cobertura do edifício, serpenteando o monte de pedra granítica onde se encontra implantado, apresentando-se como um muro de suporte e uma barreira entre o território cultivado e o selvagem, mas que ao mesmo tempo tenta passar despercebido, não querendo assumir-se como o ponto de maior interesse da propriedade. É possível observar a intenção de incorporar o edifício no meio que o rodeia, quer através da sua materialidade, quase na sua totalidade betão à vista, quer pela transparência dos seus grandes envidraçados.

No seu interior, o edifício apresenta uma organização e distribuição pouco comum, não apresentando uma recepção física, criando uma sensação mais intimista e familiar. A sala de jantar apresenta-se como um espaço multifuncional, realizando-se jantares, provas de vinhos e tertúlias no mesmo espaço.



Figura 5.21. Planta da *Guest House*

Legenda: 1. Espaço de exposições e vendas; 2. Piscina interior; 3. Quartos; 4. Acesso principal; 5. Restaurante.



Figura 5.22. Vista interior de um dos quartos.

Os 3 quartos detêm uma característica muito própria, não se apresentando só como quartos, mas como unidades habitacionais, tendo sendo deles espaços mais sociais, possibilitando assim uma maior utilização destes espaços, não se encontrando apenas confinados ao descanso dos seus ocupantes.



Figura 5.23. Piscina Interior.

É ainda possível encontrar uma piscina interior, de apresenta uma fachada toda envidraçada, possibilitando o desfrutar da vista sobre as vinhas e as colinas circundantes. Prosseguindo ao longo do corredor, chega-se ao espaço de exposições e vendas, onde se processa a venda dos artigos produzidos na quinta.



Figura 5.24. Vista geral da *Guest House*.

O acesso à cobertura é possível através de um lanço de escada situado no fundo do espaço de exposições e vendas. A partir desta é possível ter-se uma visão panorâmica de toda a propriedade e da sua envolvente.

O projecto foi concluído em 2012, ocorrendo a abertura ao público do restaurante em Julho de 2014, sendo que até esta data era exclusivamente destinado a convidados da Quinta.

6. A Proposta

6.1. Localização

A presente memória descritiva e justificativa refere-se a uma proposta de uma unidade hoteleira na Região Demarcada do Douro, mais concretamente para a Quinta da Costa de Baixo, situada na margem Norte do rio Douro, na freguesia de Gouvinhas, concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real. A Quinta é acessível através da EN 322-2 e dista 30 km de Peso da Régua e 24 km de Pinhão, encontrando-se ainda a 23 km de Sabrosa, sede de concelho, e 29 km de Vila Real, capital do distrito.

A Quinta da Costa de Baixo apresenta-se como uma pequena quinta familiar produtora de vinhos do Porto e do Douro, comercializados sobe a marca *Bulas*. Localizada na proximidade da afluência do rio Ceira com o rio Douro, a Quinta apresenta uma localização ideal para o cultivo da vinha, possibilitando ainda observar toda a imponência e beleza da paisagem duriense.

A sua área total é de aproximadamente 42.000 m², tendo-se definido uma área de intervenção de 2915 m² e uma área de implantação do edifício proposto de 1440 m².

A escolha do local de implantação recaiu sobre três factores decisivos: o primeiro prende-se com a proximidade ao núcleo edificado já existente (a casa do caseiro, os lagares e o armazém das pipas), proporcionando um maior contacto do visitante com a realidade da vitivinicultura. O segundo factor deve-se à exposição solar e maior aproveitamento da paisagem, encontrando-se a parcela de terreno a intervir virada totalmente a sul onde é possível retirar um maior proveito do Sol possibilitando ainda uma visão abrangente sobre o rio Douro e as suas encostas. Por último, a inexistência de vinhas na parcela escolhida, evitando a sua destruição num outro ponto da propriedade preservando a totalidade da produção.

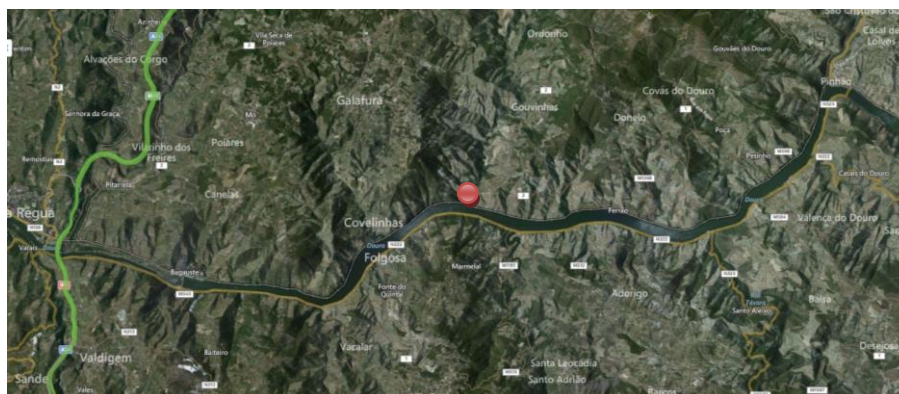


Figura 6.1. Localização da Quinta da Costa de Baixo.



Figura 6.2. Limite da Quinta da Costa de Baixo.

6.2. Legislação Aplicada

A definição e dimensionamento do programa da unidade hoteleira foram elaborados após a consulta das normais legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Plano Director Municipal (PDM) de Sabrosa, o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto-Douro Vinhateiro (PIOT-ADV), o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), publicado pelo decreto-lei nº 38382 de 7 de Agosto de 1951, o Regime de Acessibilidades, publicado no decreto-lei 163/2006 de 8 de Agosto, assim como a Portaria nº465/2008 referente à classificação das unidades hoteleiras, o Decreto-Lei nº 39/2008 que visa a exploração e o funcionamento de empreendimentos turísticos e a análise de outras unidades hoteleiras nas proximidades e dos casos de estudo.

Após este levantamento e analisando as características específicas da Quinta da Costa de Baixo, pareceu-nos pertinente propor uma unidade hoteleira de pequenas dimensões, por não existir nenhum centro urbano de dimensão considerável nas proximidades e não querendo atrair um turismo de massas para um local onde a paisagem e a calma imperam.

6.3. Ideia/Conceito

A ideia para a elaboração da proposta surge do elemento mais caracterizador da paisagem da Região Demarcada do Douro, o socalco. Este elemento é ampliado para o interior do terreno, dando origem a uma forma rectangular de maiores dimensões, assumindo-se como um bloco rochoso de grandes dimensões, possibilitando o seu vazamento como que de uma gruta se tratasse, remetendo para os primórdios da Humanidade. Desta forma, gera-se um espaço possível de ser habitado, um *socalco vivo*. A proposta integra-se no terreno de forma dissimulada, constituída por quatro corpos que respeitam as características da envolvente, dialogando com o terreno através dos direccionamentos que estes assumem, não sendo

totalmente lineares, mas apresentando uma quebra que os torna mais naturais, perdendo parte da sua rigidez e adaptando-se de forma adossada à morfologia e declive do terreno. Estes quatro volumes são revestidos a ardósia, tentando mimetizar a sua envolvente.

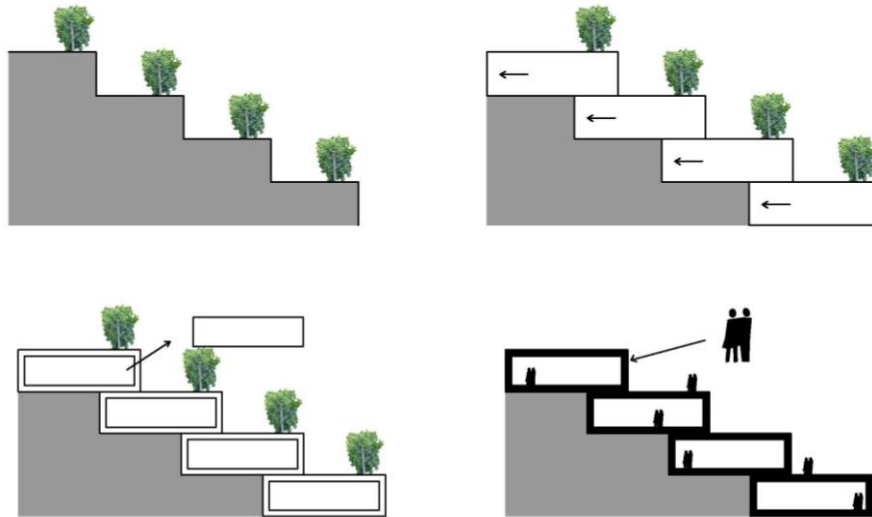


Figura 6.3. Esquema representativo da evolução da ideia.

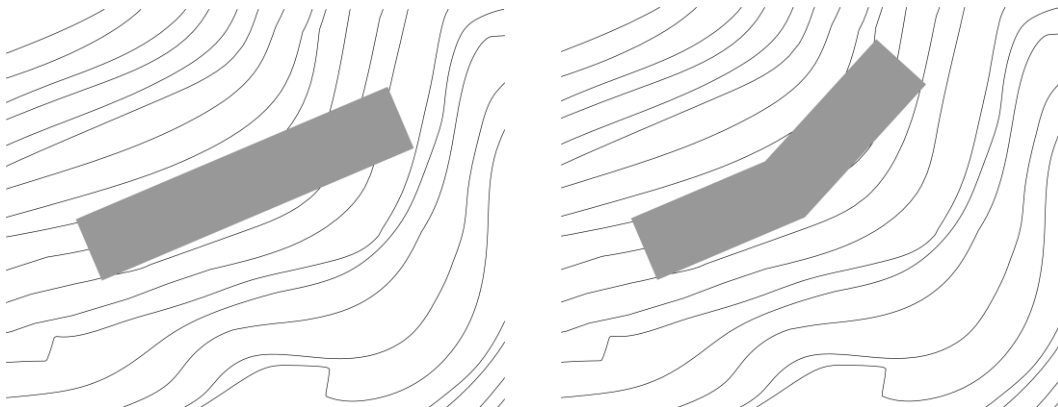


Figura 6.4. Representação esquemática do endossar dos volumes ao terreno.

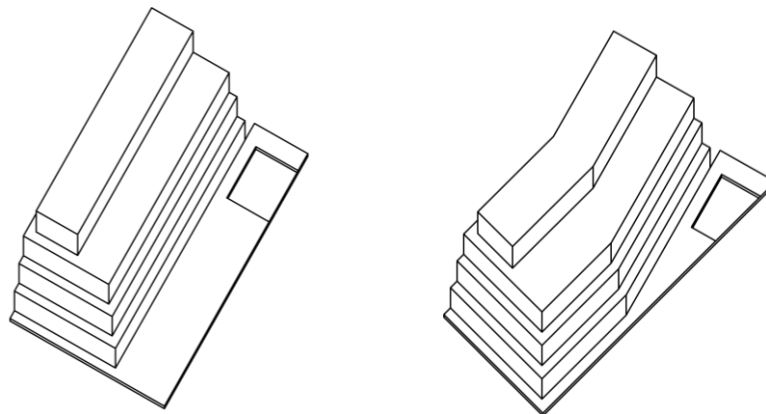


Figura 6.5. Volumetria final endossada ao terreno.



Figura 6.6. Núcleo edificado existente.



Figura 6.7. Área de intervenção.



Figura 6.8. Vista sobre o Rio Douro a partir da área a intervir.



Figura 6.9. Vista sobre o Rio Douro a partir da área a intervir.

6.4. Programa

Programa Geral

O acesso ao edifício dá-se por um dos caminhos principais da Quinta, que nos leva, primeiro, a passar pelo núcleo edificado existente, dando assim um primeiro contacto com a realidade da Quinta. Daqui é possível ter o primeiro contacto visual com a proposta e ter acesso à área de intervenção, onde se encontra o estacionamento privativo da unidade hoteleira, contando com 18 lugares de estacionamento, sendo que dois dos lugares estão destinados a pessoas com mobilidade condicionada.

Esta proposta opta por dividir a unidade hoteleira em três zonas distintas: Uma social e de utilização comum, destinada a hóspedes e visitantes, que engloba o restaurante e o bar, outra privada destinada exclusivamente a hóspedes, que contempla os quartos e por último a zona de lazer, onde é possível encontrar uma oferta de serviços e actividades destinadas aos hóspedes. Todas estas zonas são apoiadas por espaços de serviços, independentes da área social e privada.



Figura 6.10. Organograma espacial do piso 0.

A zona social desenvolve-se no corpo situado à cota mais alta da proposta. A entrada principal acontece neste corpo, surgindo no prolongar de uma das paredes exteriores em direcção ao interior do edifício, dando a sensação de escavamento na rocha, transmitindo também conforto e intimidade. A entrada dá acesso directo à recepção onde se abre um vão que permite aceder aos restantes espaços do primeiro volume e a partir do qual se tem o primeiro contacto com a paisagem. Transposto o vão encontra-se o lobby, com um pequeno bar de apoio, onde é possível usufruir dos produtos criados na Quinta, enquanto dois vãos envidraçados de grandes dimensões possibilitam um constante contacto com a envolvente. A partir deste espaço é possível, através de um corredor, chegar ao restaurante com capacidade para 20 pessoas. No percurso que leva ao restaurante encontra-se um outro vão que leva às instalações sanitárias e aos acessos verticais.

É também neste corpo que se encontra a entrada de serviço para os funcionários do hotel, situada numa zona lateral e afastada da entrada principal, dá acesso a um pequeno *hall* de distribuição, a partir do qual é possível aceder aos acessos verticais de serviço e à cozinha que se encontra repartida pelas instalações frigoríficas, a zona de lavagem e preparação dos alimentos, zona de confecção, copa limpa, copa suja e zona de lavagem, permitindo ainda o acesso à divisão destinada aos resíduos. Próximo à recepção é ainda possível encontrar um pequeno gabinete de apoio e um acesso vertical que leva ao piso inferior.

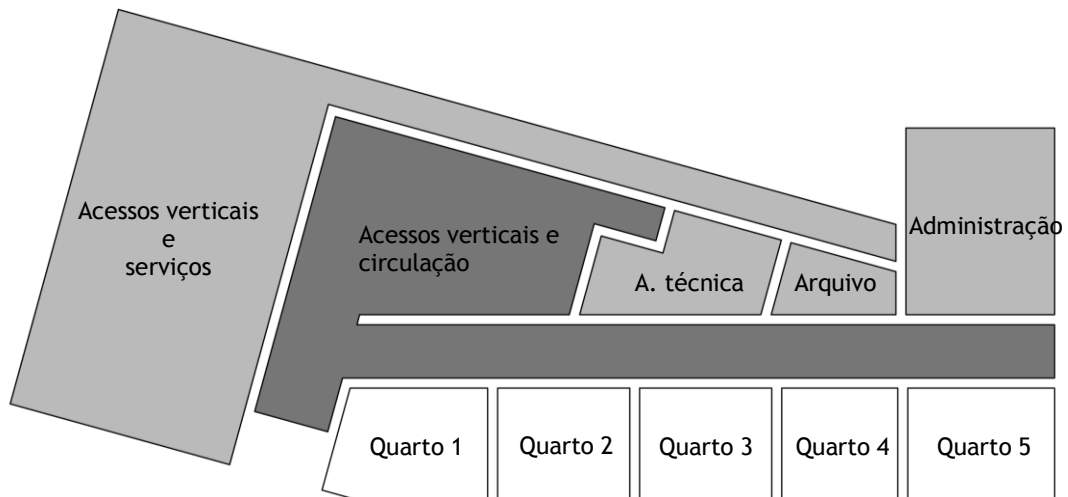


Figura 6.11. Organograma espacial do piso -1.

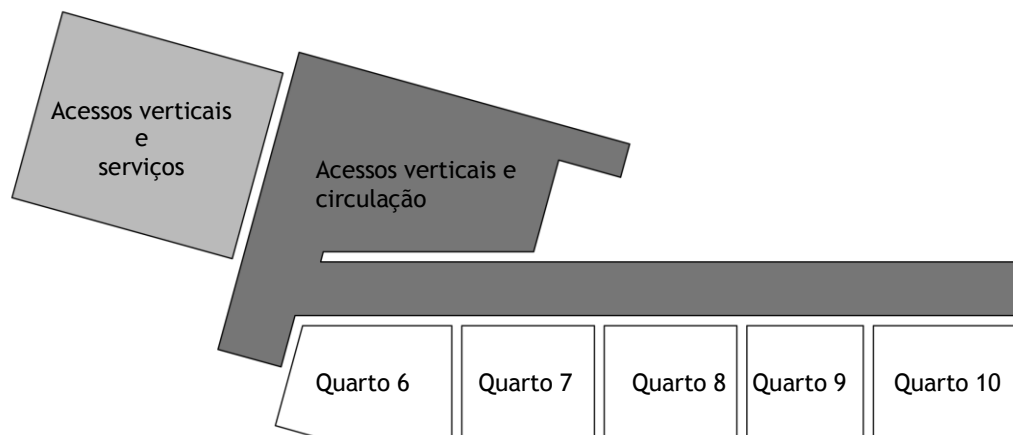


Figura 6.12. Organograma espacial do piso -2.

A zona de hóspedes situa-se nos dois pisos intermédios da proposta. Contabilizando um total de 10 quartos, divididos por um quarto para hóspedes com mobilidade condicionada; dois quartos de casal; um quarto individual e por último um quarto triplo, proporcionando assim uma maior variedade de ofertas, sendo que os dois pisos apresentam as mesmas tipologias. A distribuição para os quartos faz-se através de um corredor onde surgem pequenos *halls* que permitem o acesso aos mesmos, criando uma maior sensação de acolhimento. O acesso à unidade de alojamento faz-se através de um pequeno espaço onde é possível encontrar um

armário que possui uma zona destinada a acomodar os pertences dos hóspedes, uma pequena estante onde será possível encontrar obras literárias sobre a região, assim como um minibar. A partir deste espaço tem-se acesso a uma instalação sanitária completa e à zona de estar/dormir. O quarto destinado aos hóspedes com condicionantes físicas encontra-se situado mais próximo dos acessos verticais, facilitando o seu alcance, apresentando ainda uma instalação sanitária totalmente equipada segundo as normas em vigor. Os quartos apresentam um vão envidraçado que ocupa a totalidade do alçado interior, bem como uma varanda, possibilitando uma maior relação entre o interior e o exterior.

Os espaços de serviços destinados aos funcionários localizam-se no piso-1, onde se encontram o espaço de tratamento de roupa e um espaço de arrumos. Próximo dos acessos verticais de serviço situa-se a zona destinada aos funcionários, os balneários, masculino e feminino, e uma pequena zona de estar e de refeições. Ao longo do corredor que leva à zona administrativa é possível encontrar uma área técnica e uma sala de arquivos.

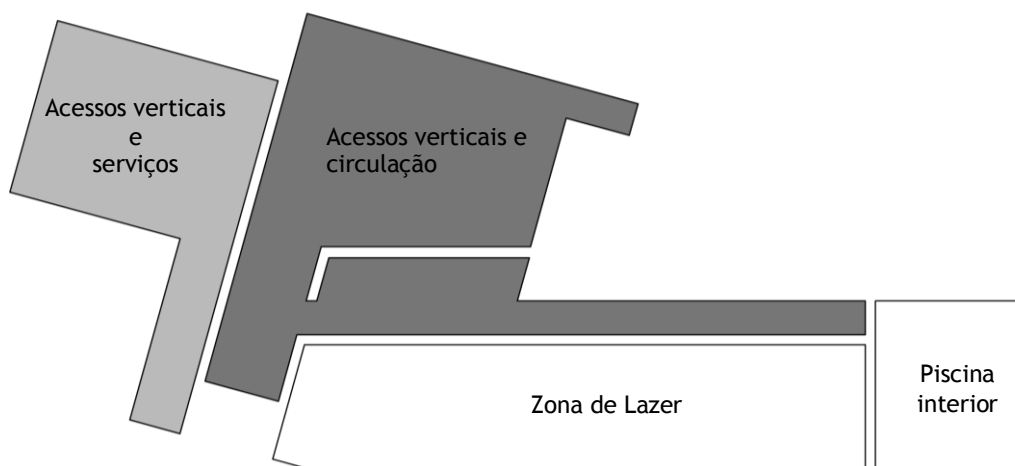


Figura 6.13. Organograma do piso -3.

Por último e na cota mais baixa de todo o conjunto, estende-se a zona de lazer, equipada com diversos serviços à disposição dos hóspedes, como um ginásio, um jacuzzi, uma sala de massagens, uma sauna seca, uma sauna húmida e uma pequena piscina interior de água aquecida, apoiados por balneários feminino e masculino. No exterior existe ainda uma piscina exterior e uma plataforma. O alçado deste corpo apresenta envidraçados rectangulares verticais muito próximos, remetendo para a memória das termas antigas.

Os acessos verticais são assegurados por uma escada e elevador para hóspedes, para os funcionários do estabelecimento existe uma escada de serviço e um monta-cargas, bem como uma escada que dá acesso directo entre a recepção e a área administrativa.

Plano de Acessibilidades

O plano de acessibilidades foi elaborado segundo o decreto-lei nº 163/2006 de 8 de Agosto.

O percurso acessível pelo exterior respeita todas as normas de acessibilidade. Os passeios possuem uma largura mínima livre de 2,00 m, sendo que o ponto 4.3.1 do referido decreto-lei exige uma largura mínima de 1,20m. Face à altura livre, não se prevê a instalação de elementos salientes nas paredes nem tectos com altura inferior a 2,40m, respeitando-se assim a altura mínima livre exigida pelo ponto 4.5.1. O revestimento do piso será em ardósia com junta inferior a 0,005 m não se prevendo ressaltos no pavimento, respeitando o exigido na secção 4.7.

Todas as zonas comuns interiores da unidade hoteleira são acessíveis por utilizadores com mobilidade condicionada, apresentando os corredores interiores uma largura mínima livre de 1,80 m, respeitando a largura mínima exigida de 1,20m do ponto 4.3.1 do referido decreto-lei. As zonas comuns consistem na recepção, o lobby, o restaurante, toda a zona de lazer e existindo uma instalação sanitária exclusiva para utentes com mobilidade condicionada no piso 0.

No que diz respeito aos quartos, e não existindo, nas normas técnicas, nenhuma alusão específica aos estabelecimentos hoteleiros, pareceu-nos essencial a criação de tais espaços, optando pela criação de dois quartos com instalação sanitária totalmente acessíveis, situados na proximidade dos acessos verticais.

Dados Quantitativos

Área da propriedade: 42.000 m²

Área de implantação: 1440 m²

Área de intervenção: 2915 m²

Área bruta de construção: 2906,86 m²

Nº de unidades de alojamentos: 10

Nº total de camas: 12

Nº de camas individuais: 4

Nº de camas de casal: 8

Nº de lugares no restaurante: 20

Nº de lugares de estacionamento: 18

Nº de lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada: 2

Piso 0		
Zona	Espaço	Área (m ²)
Público	Recepção	41,12
	Lobby	84,86
	Bar	10,37
	Instalações Sanitárias	26,40
	Restaurante	66,68
	Acessos	55,91

Total		285,34
Serviço	Gabinete Administrativo	17,80
	Arrumos	2,50
	Cozinha	43,77
	Zona de Resíduos	4,66
Total		68,73
TOTAL		354,07
Piso -1		
Zona	Espaço	Área (m²)
Público	Quarto Mobilidade Condicionada	34,58
	Quarto Casal	29,65x2
	Quarto Individual	25,47
	Quarto Triplo	33,55
	Instalação Sanitária - Mobilidade Condicionada	7,00
	Instalação Sanitária	7,17x4
	Acessos	199,64
Total		388,22
Serviços	Tratamento de Roupa	34,87
	Arrumos Gerais	83,65
	Balneário Feminino	13,16
	Balneário Masculino	13,16
	Sala de Funcionários	16,23
	Área Técnica	41,65
	Arquivo	19,55
	Administração	56,55
Acessos	97,06	
Total		375,88
TOTAL		764,10
Piso -2		
Zona	Espaço	Área (m²)
Público	Quarto Mobilidade Condicionada	37,29
	Quarto Casal	29,65x2
	Quarto Individual	25,47
	Quarto Triplo	33,55
	Instalação Sanitária - Mobilidade Condicionada	7,00
	Instalação Sanitária	7,17x4
Acessos	220,29	
Total		411,58
Serviços	Arrumos	58,73
	Acessos	10,98
Total		69,71

		TOTAL	481,29
Piso -3			
Público	Espaço de Apoio à Zona de Lazer		21,86
	Ginásio		69,21
	Sauna Seca e Zona Técnica		10,76
	Sala de Massagens		11,12
	Sauna Húmida e Zona Técnica		10,76
	Jacuzzi		11,12
	Balneário Feminino		26,90
	Balneário Masculino		26,90
	Piscina Interior		64,85
	Acessos		192,52
Total			446,00
Serviços	Arrumos		58,98
	Acessos		35,28
Total			94,26
		TOTAL	540,26
		TOTAL	2139,72

Tabela 6.1. Quadro de áreas.

6.5. Aspectos gerais da construção

Estrutura

A edificação terá uma estrutura base configurada por sapatas, paredes e lajes em betão armado. As sapatas serão individuais e ligas por lintéis de fundação.

Paredes Exteriores

As paredes exteriores são de duas configurações diferentes: A primeira terá a função de suportar as terras, funcionando como muro de suporte, e será constituída por uma parede de betão armado de 40 cm contendo na sua base um tubo de drenagem de 125 mm tipo *ibotec* com brita e manta geotêxtil, a impermeabilização do muro surge da colocação de uma tela drenante pitonada com manga geotêxtil tipo *topeca*, com isolamento térmico em poliestireno extrudido de 6 cm tipo *wallmate* sendo o acabamento interior em placas de gesso cartonado tipo *pladur* com montantes em C de 70 mm permitindo assim acolher o isolamento térmico entre estes, sendo posteriormente pintado a tinta aquosa semi-mate de cor branca tipo *vinylsoft* da *CIN*.

A segunda configuração de parede exterior consiste nas paredes exteriores expostas, sendo estas revestidas exteriormente por ardósia com 10 cm de espessura, seguindo-se o isolamento térmico em poliestireno extrudido de 6 cm tipo *wallmate*, parede de betão armado com 30

cm de espessura, com acabamento final pelo interior em estuque projectado e nas zonas húmidas em azulejo cerâmico ou pedra mármore.

Paredes Interiores

As paredes simples interiores são constituídas por bloco acústico tipo *artebel* de 15 cm tipo *isoargila* ou 11 cm tipo *freebloco*, com junta em argamassa de cimento e revestimento final em estuque para posterior pintura a tinta aquosa semi-mate de cor branca tipo *vinylsoft* da *CIN*. As paredes divisórias das unidades de alojamento serão em dois panos de bloco acústico de 15 cm tipo *isoargila*, com isolamento térmico e poliestireno extrudido de 6 cm tipo *wallmate*.

Lajes

As lajes serão em betão armado de 30 cm de espessura, com isolamento em poliestireno extrudido de 6 cm tipo *floormate*, seguido de betonilha de enchimento com granulado de cortiça expandida, proporcionando um melhor comportamento térmico e acústico, com 14 cm de espessura.

Os pavimentos serão adaptados ao tipo de utilização do espaço. Assim, os quartos apresentar-se-ão em soalho de madeira maciça de carvalho com acabamento final a verniz acetinado tipo *duroCIN 2k wb* da *CIN*, facultando um maior conforto, comodidade e um elevado nível estético.

Nas zonas comuns e circulações, o pavimento será em soalho de madeira maciça de carvalho com acabamento final a verniz acetinado tipo *duroCIN 2k wb* da *CIN* ou em ardósia, de acordo com as peças desenhadas apresentadas.

As restantes zonas serão pavimentadas com grés porcelânico, de dimensão 45x45 de cor branca tipo *Cromática Branco*, da *Colecção Cromática*, da *Revigres* e nos balneários dos funcionários e na sauna húmida será aplicado grés porcelânico de dimensão 10x10 de cor branca tipo *Colecção Porcelânico M10x10*, *Heron Branco* da *Recer*.

Cobertura

A cobertura será em lajetas de pedra com 8 cm de espessura suportadas por distanciadores em PVC para suportar as, viabilizando deste modo uma cobertura totalmente plana que transmitirá a sensação de caixa ao volume superior da proposta. Constituída por uma laje de betão armado com 30 cm de espessura, seguido do isolamento térmico em poliestireno extrudido tipo *roofmate* com 6 cm de espessura acondicionado por uma camada de forma com 21% de inclinação em betão celular, sendo aplicada uma tela impermeabilizante

asfáltica, uma membrana drenante tipo *delta ms dorken* e por último uma manta geotêxtil para a retenção de sujidades.

Tectos

O edifício proposto contará em toda a sua extensão, com tecto falso em gesso cartonado tipo *pladur*, suspenso por perfis em alumínio, com acabamento a tinta aquosa semi-mate de cor branca tipo *vinylsoft* da *CIN*. A opção por esta solução ficou a dever-se, em grande parte, à polivalência do processo construtivo, proporcionando a inclusão de iluminação directa ou indirecta, a criação de sancas para a dissimulação de *blackouts* e cortinas. Possibilitando ainda a incorporação simples e eficiente das instalações técnicas, como *AVAC's*, fios eléctrico e canalizações.

Escadaria Interior

A escadaria interior terá uma estrutura em betão armado que será revestida em pedra de ardósia com 2 cm de espessura, assentes sobre argamassa de cimento.

Arranjos Exteriores

Os arranjos exteriores contemplam a regularização das cotas da área a intervir, com a criação de uma plataforma superior que irá acomodar os 18 lugares de estacionamento que servirão a unidade hoteleira.

Muros de Suporte

De forma a regularizar o local de intervenção, foi necessária a criação de dois muros de suporte situados a norte e a nascente do corpo principal. Concebidos em betão armado com 30 cm de espessura, contendo na base um tubo de drenagem de 125 mm tipo *ibotec* com brita e manta geotêxtil, impermeabilizado horizontalmente por uma tela drenante pitonada com manga geotêxtil tipo *topeca*.

Escadaria Exterior

A escada exterior será executada em laje de betão armado com acabamento à vista.

Guarda-corpos

Os guarda-corpos serão em ferro lacado a cor cinza antracite mate, constituído por varões de aço de 16 mm de espessura e encimados por uma barra chapa de 60x8 mm.

Piscina Exterior

A piscina exterior será construída em estrutura de betão armado, sendo posteriormente revestida a ardósia, contando na sua parte mais baixa com uma altura de 80 cm e na parte mais alta com 200cm.

Unidades de Alojamento

Hall

A porta de acesso à unidade de alojamento será em folheado de carvalho (conforme mapa de vãos interiores). O *Hall* terá pavimento em soalho de madeira de carvalho com acabamento final a verniz acetinado tipo *duroCIN 2k wb* da *CIN*. As paredes serão pintadas com tinta aquosa semi-mate de cor branca tipo *vinylsoft* da *CIN* e o tecto será em gesso cartonado tipo *pladur* e igualmente com acabamento a tinta aquosa semi-mate de cor branca tipo *vinylsoft* da *CIN*. O roupeiro será em MDF folheado de carvalho (conforme peças desenhadas).

Quarto

O quarto apresentará um pavimento em soalho de madeira de carvalho com acabamento final a verniz acetinado tipo *duroCIN 2k wb* da *CIN*. As paredes terão por acabamento tinta aquosa semi-mate de cor branca, tipo *vinylsoft* da *CIN*. O tecto será em gesso cartonado tipo *pladur* e possuirá uma sanca próximo à janela, possibilitando a inclusão e ocultação do *blackout* e das cortiças, tudo pintado a tinta aquosa semi-mate de cor branca tipo *vinylsoft* da *CIN*. O mobiliário será todo ele executado em MDF folheado de carvalho, exceptuando o móvel destinado a ocultar os dispositivos de ar condicionado e aquecimento, que será executado em madeira de pinho lacada a cor branca (conforme peças desenhadas).

Instalação Sanitária

O acesso à instalação sanitária faz-se através de uma porta de correr em MDF lacado a cor branca (conforme mapa de vãos interiores). A zona de bidé e sanita será independente da zona de banho e o seu acesso será feito através de uma porta de correr em vidro fosco com calha embutida no tecto (conforme mapa de vãos interiores). A instalação sanitária será revestida no pavimento e paredes, em pedra mármore branca de Estremoz, dando uma maior luminosidade a um espaço que não possuirá aberturas para o exterior. O tecto será em gesso cartonado hidrófogo, com acabamento final a tinta aquosa semi-mate de cor branca tipo *vinylsoft* da *CIN*. A instalação sanitária estará equipada com uma banheira tipo *Rexa*, da colecção *Argo*, com misturadora e chuveiro tipo *Brezza* da *Rexa*. Incluirá dois lavatórios de pousar modelo tipo *Único*, da *Rexa*, com misturadoras para lavatório tipo *Rexa*, colecção *Brezza*. O bidé será do tipo *Rexa*, modelo *About* suspenso e misturadora para bidé tipo *Rexa*, colecção *Brezza*. A sanita será igualmente do tipo *Rexa*, modelo *About* suspenso com autoclismo embutido. A instalação sanitária possuirá dois móveis, um de apoio directo à

banheira, onde será possível arrumar toalhas e roupões, que será executado em MDF lacado a cor branca (conforme peças desenhadas). O móvel dos lavatórios igualmente em MDF lacado a cor branca e bancada em pedra mármore branca de Estremoz.

7. Considerações Finais

Todos os povos têm as suas tradições, os seus costumes e todos estes se moldam de acordo com a região e superfície onde se encontram. Em todos estes, a arquitectura assume um papel de destaque, onde desde os seus primórdios se pode observar um trabalho mimético e simples, de maneira a que esta se adapte às condicionantes de cada região.

Desde o Norte até ao Sul, podemos encontrar belíssimos exemplos desta relação, como no Baixo Alentejo, nas calmas planícies onde a arquitectura é uma pequena mancha branca pintada num horizonte infinito, explicável pelas altas temperaturas que se registam nos meses mais quentes do ano. Já nas Beiras, as casas de pedra, outro exemplo tão simples e consequente da sua região, a facilidade em encontrar granito para se erguerem as construções de aspecto robusto que ajudam a enfrentar os invernos mais severos.

Na etapa final, o turismo é o enaltecimento da região que é propagandeado pela arquitectura. Este dinamiza a região, engrandece-a e cabe à arquitectura fazê-lo da maneira correcta, sem quebrar o existente, respeitando e enaltecendo a região e as suas paisagens para que o turismo seja apenas mais um elemento a adaptar-se ao existente.

A Região do Douro é sinuosa mas brilhantemente alterada para o que de melhor tem para dar, os seus vinhos, que nascem nas escadas que percorrem as colinas e acabam no rio, os aclamados socalcos durienses, que podem também ser vistos como um produto da região. É aqui, nesta paisagem manchada de verdes fortes que podemos apreciar como o homem se adaptou ao existente e com a necessidade mais básica de construir quatro paredes onde se proteger, resultando numa arquitectura enquadrada neste cenário.

Entre quintas esquecidas e outras em grande desenvolvimento, chega o turismo, algo que tem vindo teimosamente devagar, quase escondido, mas que assim se exige, afinal é com respeito que nos devemos dirigir a esta região, não se trata de mais uma praia com esplanadas ou um espaço com parques de diversões, quase que se pode afirmar que o turismo aqui só entra para interesses mais refinados, sendo necessário proteger este cenário, não atraindo o turismo de massas. É de forma extremamente minuciosa que se estabelece esta ponte entre a arquitectura e o turismo no Douro, pois para que se possa respeitar este marco natural e tão típico há que repensar no existente, afinal o turismo só serve para focar a região, e é com cuidado que a arquitectura deve ligar estes dois pontos.

A nossa principal intenção foi conceber um objecto arquitectónico de formas simples, funcional e que permitisse aos seus utilizadores contemplar a magnífica paisagem do Douro. Um edifício despojado de elementos decorativos desnecessários e apresentando somente

cores e materiais neutros, focando deste modo toda a atenção no enquadramento paisagístico e na integração com este.

Exteriormente o edifício apresenta-se unicamente em ardósia, conseguindo assim uma maior integração na região, sem querer desrespeitá-la, assumindo-se como uma arquitectura de ligação entre a região e o turismo, sendo um objecto arquitectónico como representação da região e das edificações tradicionais.

Assim, entendemos que a solução arquitectónica apresentada respeita esta ligação, não descaracterizando a paisagem envolvente, integrando-se de forma consonante e respeitadora, deixando a região e a paisagem assumirem o papel de maior destaque. Os turistas chegam à região do Douro na procura dos seus produtos e dos cenários naturais, encontrando na arquitectura um atributo maior da nossa cultura.

Bibliografia

Dicionários:

Anon., 2008. *Dicionário de Língua Portuguesa 2009*. Porto: Porto Editora.

Silva, Jorge & Calado, Margarida, 2005. *Dicionário de termos de arte e arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença.

Livros:

Anon., 2009. *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*. Porto: Porto Editora.

Anon., 2013. *Anuário Estatístico da Região Norte 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Baeza, Alberto, 2013. *A ideia construída*. 5ª Edição. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Barbosa, Gustavo & Leitão, Márcia, 2005. *Breve história do turismo e da hotelaria*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio.

Barretto, Margarida, 2003. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 13ª Edição. Campinas: SP - Papirus.

Beinhauner, Peter, 2012. *Atlas de detalhes construtivos*. 2ª Edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.

Chiebao, Fernanda, 2011. *Cortiça e Arquitectura*. Lisboa: Euronatura.

Cunha, Licínio, 2013. *Economia e Política do Turismo*. 3ª Edição. Lisboa: LIDEL - Edições Técnicas, Lda.

Cunha, Licínio & Abrantes, António, 2013. *Introdução ao Turismo*. 5ª Edição. Lisboa: LIDEL - Edições Técnicas, Lda.

Fauvrelle, Natália & Pereira, Gaspar, 2007. *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro.

Lewis, Miles, 2008. *Architectura. Elements of architectural style*. Nova Iorque: Barron's Educational Series, Inc.

Neufert, Peter, 2004. *Neufert. Arte de projectar em arquitectura*. 17ª Edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.

Pereira, Gaspar & al., 2002. *Após a Filoxera*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro.

Pessegueiro, Mário, 2014. *Projectar para todos*. Porto: Vida Económica - Editorial, SA.

Rosas, Lúcia & Fauvrelle, Natália, 2008. *Arquitecturas da paisagem vinhateira*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro.

Saramago, José, 1995. *Viagem a Portugal*. 18ª Edição. Lisboa: Caminho.

Torga, Miguel, 2011. *Diário - Vols. IX a XII*. 5ª Edição. Lisboa: Dom Quixote.

Torga, Miguel, 2011. *Diário - Vols. XIII a XVI*. 5ª Edição. Lisboa: Dom Quixote.

Vila Maior, Visconde, 1876. *O Douro Illustrado*. Porto: Magalhães & Moniz - Editores.

V.V.A.A., 2006. *Viver e Saber Fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro: estudos preliminares*. 2ª Edição. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro.

Woschek, Heinz-Gert & Duhme, Denis & Friederichs, Katrin, 2012. *Wine and Architecture*. Munique: Detail.

Teses e Dissertações:

Beato, Cláudia, 2008. *Planeamento do Sector do Turismo em Centros Urbanos. Tese de Doutoramento em Planeamento em Turismo*. Aveiro: Universidade de Aveiro (UA).

Coelho, Júlio, 2010. *Un Índice de Desarrollo Turístico basado en el Ciclo de Vida de un Destino*. Tese de Doutoramento. Badajoz: Universidade de Extremadura.

Correia, Ricardo, 2005. *Marketing Turístico. Uma abordagem de rede*. Tese de Mestrado em Ciências Empresariais. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP).

Fauvrelle, Natália, 1999. *Quintas do Douro - As arquiteturas do vinho do Porto*. Tese de Mestrado em História da Arte em Portugal. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Margarido, Raquel, 2009. *Adegas Contemporâneas. Um novo discurso na arquitectura vernacular ou o boom do Eno-arquiteturismo?*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Coimbra: Universidade de Coimbra (UC).

Santos, Jorge, 2010. *A Investigação sobre Turismo em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo. Aveiro: UA.

Sousa, Carlos, 2013. *Impacto no Turismo da Região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro, após a classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO*. Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações, Ramo Gestão de Empresas. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança (IPB).

Sousa, Hugo, 2009. *Museu do Douro: Projecto de Concepção/Construção - A problemática da reabilitação*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Coimbra: UC.

Revistas:

Anon., 2008. *Arquitectura Ibérica. Tectónica. Madeira_Madera (nº26)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Artigos em Revistas:

Abreu, Carlos, 2007. *Navegação no rio Douro - o sonho (re)corrente de Castela*. DOURO - Estudos & Documentos, vol. XII (Num. 22), pp.37-78. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID).

Aguiar, Fernando, 2002. *O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem cultural, evolutiva e viva*. DOURO - Estudos & Documentos, vol. VII (Num. 13), pp.143-152. Porto: GEHVID.

Almeida, Carlos, 1993. *Património: Riegl e hoje*. Revista da Faculdade de Letras: História, II série, vol. 10, pp.407-416. Porto: FLUP.

Freire, Dulce, 1998. *Os vinhos do Douro e os outros. Primeiros anos da organização corporativa*. DOURO - Estudos & Documentos, vol. III (Num. 6), pp.101-125. Porto: GEHVID.

Oliveira, Aurélio & Costa Natália, 1996. *Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII*. DOURO - Estudos & Documentos, vol. I (Num. 1), pp. 196-258. Porto: GEHVID

Pereira, Gaspar, 1989. *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*. Revista da Faculdade de Letras: História, pp.311-354. Porto: FLUP.

Pereira, Gaspar, 1996. *A região do vinho do Porto - origem e evolução de uma demarcação pioneira*. DOURO - Estudos & Documentos, vol. I (Num. 1), pp. 177-194. Porto: GEHVID. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7866/2/2249.pdf>.

Pereira, Gaspar, 2003. *Quintas do Douro: arquivos e investigação histórica*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20322/2/revpopsoc102003gmpereira000085084.pdf>.

Silva, Francisco, 2001. *Vinhos do Douro: loteamentos clandestinos que desafiaram o Marquês (1771-1775)*. DOURO - Estudos & Documentos, vol. VI (Num. 11), pp.161-180. Porto: GEHVID.

Soeiro, Teresa et al., 2002. *O património vernacular construído do Alto Douro Vinhateiro: ritmos e valores*. DOURO - Estudos & Documentos, vol. VII (Num. 14), pp.147-163. Porto: GEHVID

Sousa, Fernando, 2007. *O Alto Douro: da demarcação pombalina à classificação de património*. População e sociedade, nº13, pp.19-30. Porto: CEPESE.

Sousa, Fernando, 2008. *O legado da Real Companhia Velha (Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro) ao Alto Douro e a Portugal (1756-2006)*. População e Sociedade (Num. 16), pp.15-30. Porto: Edições Afrontamento.

Estudos:

A.A.V.V., 2004. *Plano de Ordenamento do Parque Natural do Alvão - Estudos de Caracterização - Introdução e Enquadramento*. Aveiro: UA. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/popnal/resource/caract/vol-2/relat-sintese>.

Rebello, João et al., 2001. *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território Alto Douro Vinhateiro - Caracterização Sócio-Económica*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Disponível em: <http://www.cetrad.info/static/docs/documentos/43.pdf>.

Publicações Oficiais:

Estrutura de Missão do Douro, 2008. *Plano de desenvolvimento turístico do Vale do Douro. PDTVD 2007-2013*. (n.d.). Disponível em: http://www.ccdr-n.pt/sites/default/files/ficheiros_ccdrn/missaodouro/pdtvd_2007_2013.pdf

United Nations, Department of Economic and Social Affairs - Statistics Division, 2008. *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. Nova Iorque: United Nations editors.

IPTM, Delegação do Norte e Douro, 2012. Estatística Via Navegável do Douro (VND) 2012. (n.d.) Disponível em: http://www.douro.ipm.pt/_admin/upload/estatisticas/6/6610868_file01.pdf.

Páginas Web:

Adega Mayor, 2014. *A Adega*. Disponível em: <http://www.adegamayor.pt/a-adega/>.

Instituto Nacional de Estatística, 2002, *O País em Números*, disponível em: www.ine.pt.

Quinta de Lemos, 2012. *History*. Disponível em: http://quintadelemos.com/?page_id=293.

Quinta do Portal, (n.d.). *Quinta do Portal*. Disponível em: http://www.quintadoportal.com/pt/quinta_do_portal/o_douro/quinta_do_portal?menuitem=1.

Quinta do Vallado, 2012. *A quinta*. Disponível em: <http://www.quintadovallado.com/quinta-vallado/11/a-quinta/pt/>.

Quinta do Vallado, 2012. *Wine Hotel*. Disponível em: <http://www.quintadovallado.com/wine-hotel/161/wine-hotel/pt/>.

Lista de Anexos

- 01 - Planta de Localização_1:25000
- 02 - Planta de implantação_1:500
- 03 - Planta de Cobertura_1:100
- 04 - Planta Piso 0_1:100
- 05 - Planta Piso -1_1:100
- 06 - Planta Piso -2_1:100
- 07 - Planta Piso -3_1:100
- 08 - Corte AA'_1:100
- 09 - Corte BB'_1:100
- 10 - Corte CC'_1:100
- 11 - Corte DD'_1:100
- 12 - Corte EE'_1:100
- 13 - Alçado Frontal_1:100
- 14 - Alçado Posterior_1:100
- 15 - Alçado Lateral_1:100
- 16 - Alçado Lateral_1:100
- 17 - Mapa de Acabamentos
- 18 - Corte AA'_1:50
- 19 - Corte Construtivo - Sectores_1:20
- 20 - Unidade de Alojamento_1:20
- 21 - Axonometria da U. de Alojamento_1:20
- 22 - Axonometria Estrutura Ar Condicionado_1:10
- 23 - Axonometria I.S. e móveis_ 1:10
- 24 - Roupeiro_1:10
- 25 - M. de Vãos Interiores (VI01-06)_1:20

26 - M. de Vãos Interiores (VI07-12)_1:20

27 - M. de Vãos Interiores (VI13-17)_1:20

28 - M. de Vãos Exteriores (VE01-02)_1:20

29 - M. de Vãos Exteriores (VE03-04)_1:20

30 - M. de Vãos Exteriores (VE05-06)_1:20

31 - M. de Vãos Exteriores (VE07-09)_1:20

32 - M. de Vãos Exteriores (VE10-13)_1:20